# Índice

1.	Balanço Patrimonial		•••
2.	Demonstração do Resultado do Exercício		
3.	Demonstração do Resultado Abrangente		
4.	Demonstração das mutações do patrimônio líquido		
	Demonstração do fluxo de caixa		
	Demonstração do valor adicionado		
	•		
1.	Notas Explicativas às demonstrações financeiras		
	7.1. Informações Gerais		
	7.2. Resumo das principais práticas contábeis		
	7.3. Novos pronunciamentos e interpretações de normas que ainda estão em vigor		
	7.4. Assuntos regulatórios	•	,
	7.5. Caixa e equivalentes de caixa	•	,
	7.6. Contas a receber de clientes e outros	`	,
	7.7. Impostos e contribuições a recuperar	•	,
	7.8. Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	•	,
	7.9. Impostos e contribuições diferidos	(Nota	9)
	7.10. Concessão de serviço público		
	7.11. Fornecedores	(Nota	11)
	7.12. Empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos	(Nota	12)
	7.13. Salários e encargos a pagar	(Nota	13)
	7.14. Taxas regulamentares	(Nota	14)
	7.15. Impostos e contribuições a recolher	(Nota	15)
	7.16. Provisões	(Nota	16
	7.17 Outros passivos	(Nota	17)
	7.18. Patrimônio líquido	(Nota	18)
	7.19. Receita líquida	(Nota	19)
	7.20. Custos e despesas operacionais do serviço	(Nota	20
	7.21. Receitas e despesas financeiras		
	7.22 Saldos e transações com partes relacionadas	(Nota	22
	7.23. Instrumentos financeiros e Gerenciamentos de Riscos	•	
	7.24. Compromissos	`	,
	7.25. Benefícios pós-emprego e outros benefícios	`	,
	7.26. Seguros	•	
	7 27 Ouestões ambientais	`	,

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Notas	2016	2015
Ativo		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	9.872	14.536
Contas a receber de clientes e outros	6	345.981	358.409
Títulos e valores mobiliários	5	189.463	239.384
Impostos e contribuições a recuperar	7	59.552	86.851
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	25	927	1.390
Instrumentos financeiros derivativos	12	8.756	21.877
Outros ativos circulantes		16.835	24.296
Total do circulante		631.386	746.743
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	6	154.173	165.655
Títulos e valores mobiliários	5	14.073	1.125
Impostos e contribuições a recuperar	7	20.905	16.950
Impostos e contribuições sociais diferidos	9	68.407	84.617
Depósitos judiciais	16	16.831	15.970
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	25	11.710	5.769
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	10.1	624.881	487.448
Instrumentos financeiros derivativos	12	79.175	158.287
Outros ativos não circulantes		941	941
Intangível	10.2	781.386	715.504
Total do não circulante		1.772.482	1.652.266
Total do ativo		2.403.868	2.399.009

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Notas	2016	2015
Passivo		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Circulante			
Fornecedores	11	194.324	242.297
Empréstimos e financiamentos	12	245.837	136.021
Debêntures	12	3.489	-
Salários e encargos a pagar	13	12.688	14.213
Taxas regulamentares	14	38.065	30.053
Impostos e contribuições a recolher	15	81.384	76.450
Dividendos e juros sobre capital próprio	18	15.672	1.331
Provisões	16	8.125	9.721
Valores a compensar da parcela A e outros	_		
itens financeiros	8	54.142	555
Instrumentos financeiros derivativos	12	2.618	-
Outros passivos circulantes	17	48.499	42.946
Total do circulante		704.843	553.587
Não circulante			
Fornecedores	11	15.966	14.157
Empréstimos e financiamentos	12	671.569	937.658
Debêntures	12	99.912	-
Provisões	16	35.433	30.346
Valores a compensar da parcela A e outros	_		
itens financeiros	8	15.893	2.283
Instrumentos financeiros derivativos	12	13.052	1.917
Outros passivos não circulantes	17	2.057	6.173
Total do não circulante		853.882	992.534
Patrimônio líquido	18		
Capital social		179.787	179.787
Reservas de capital		266.766	266.766
Reservas de lucros		330.523	314.118
Outros resultados abrangentes		3.866	(323)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		64.201	92.540
Total do patrimônio líquido		845.143	852.888
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.403.868	2.399.009

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	2016	2015
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Receita líquida Custos dos serviços	19	1.794.204 (1.375.326)	1.758.245 (1.342.154)
Custos com energia elétrica	20.1	(977.491)	(1.022.523)
Custos de operação	20.2	(170.340)	(147.433)
Custos de construção		(227.495)	(172.198)
Lucro bruto		418.878	416.091
Despesas com vendas	20.2	(66.228)	(83.181)
Despesas gerais e administrativas	22.2	(98.211)	(80.943)
Lucro operacional		254.439	251.967
Receitas financeiras	21	422.050	430.160
Despesas financeiras	21	(484.898)	(459.900)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		191.591	222.227
Imposto de renda e contribuição social	9	(20.331)	(36.076)
Corrente		(32.132)	(38.082)
Diferido		(6.612)	(13.247)
Imposto de renda – incentivo fiscal da SUDENE Amortização do benefício fiscal do ágio e reversão		25.854	23.008
da PMIPL		(7.441)	(7.755)
Lucro líquido do exercício		171.260	186.151
Lucro de everaísia por esão de conital. Dê			
Lucro do exercício por ação do capital - R\$  Ordinária		0,9962	1,0829
Preferencial A		1,0959	1,1911
FIEICICIAI A		4.00=0	4.4044
Preferencial B		1,0959	1,1911

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	171.260	186.151
Outros resultados abrangentes		
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	6.347	942
Tributos diferidos sobre ajustes atuariais	(2.158)	(321)
	4.189	621
Resultado abrangente do exercício	175.449	186.772

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Reservas de capital Reservas de lucro			de lucros									
	Capital social	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Reserva especial de ágio	Reserva de incentivo fiscal	Outras reservas de capital	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de Retenção de Lucros	Outras reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total do patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (reapresentado) Aprovação da proposta de dividendos	179.787	4.648	179.315	82.428	375	264.041	35.957	18.961	296	(944)	-	77.052	841.916
adicionais	_	_	_	_	_	_	_	_	-	_	_	(87.265)	(87.265)
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	_	-	-	_	-	-	_	_	-	621	_	-	621
Lucro líquido do exercício	-	-	-	_	-	_	_	-	-	-	186.151	-	186.151
Ajuste reserva de incentivo fiscal	-	-	-	-	-	(10.213)	-	-	-	-	-	10.213	-
Destinações:													
Absorção de reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	-	(17.932)	-	-	17.932	-	-
Reserva de incentivo fiscal – SUDENE	-	-	-	-	-	23.008	-	-	-	-	(23.008)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(33.596)	-	(33.596)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(54.939)	-	(54.939)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(92.540)	92.540	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado)	179.787	4.648	179.315	82.428	375	276.836	35.957	1.029	296	(323)	-	92.540	852.888
Aprovação da proposta de dividendos													
adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(92.540)	(92.540)
Distribuição de reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	(296)	-		296	-
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.189	<u>-</u>	-	4.189
Lucro líquido do exercício Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	171.260	-	171.260
Absorção de reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	(8124)	(1.029)	-	-	9.153	-	-
Reserva de Incentivo Fiscal – SUDENE	_	-	-	-	-	25.854	-	-	-	-	(25.854)	-	-
Juros sobre capital próprio	_	-	-	-	-	_	-	-	-	-	(57.197)	-	(57.197)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(33.457)	-	(33.457)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(63.905)	63.905	
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (reapresentado)	179.787	4.648	179.315	82.428	375	302.690	27.833	_		3.866	-	64.201	845.143

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

(2.11 minutares de reale)	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Lucro do exercício antes dos impostos	191.591	222.227
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas atividades		
operacionais:		
Amortização (*)	63.890	61.664
Valores a compensar da Parcela A e Outros Itens Financeiros	52.714	46.082
Encargos de dívidas, atualizações monetárias e cambiais e outras receitas e	70 564	62.010
despesas financeiras Valor justo do ativo financeiro de concessão	78.564 (27.377)	62.919 (39.197)
Valor residual do ativo intangível baixado / financeiro baixado	10.306	1.343
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	9.540	3.994
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.799)	(3.946)
Atualização monetária dos planos de benefício pós-emprego	(419)	(174)
, maanzaşaa manatana ada pianata ad bananata pad ampilaga	367.010	354.912
(Aumento) redução dos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes e outros	35.709	(38.418)
IR e CSLL a Recuperar	4.945	(5.762)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL.	21.614	`1.654
Estoques	507	(172)
Depósitos judiciais	(28)	7.425
Despesas pagas antecipadamente	(157)	(1.618)
Entidade de previdência privada	(973)	(3.294)
Benefício pós emprego	102	97
Valores a compensar da Parcela A e Outros Itens Financeiros	- 	54.196
Outros ativos	(3.101)	5.871
	58.618	19.979
Aumento (redução) dos passivos operacionais	(	
Fornecedores	(46.164)	57.904
Salários e encargos a pagar	(1.525)	6.222
Encargos de dívidas pagos e liquidação de instrumentos financeiros	(00.400)	(76 000)
derivativos Tayan regulamentares	(90.480)	(76.823)
Taxas regulamentares Imposto de renda (IR) e (CSLL) pagos	6.739 (12.128)	18.096
Imposto de renda (IR) e (CSLL) pagos Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	12.951	(20.645) 7.974
Valores a compensar da Parcela A e Outros Itens Financeiros	14.483	7.574
Indenizações e contingências pagas	(12.365)	(11.180)
Outros passivos	1.426	10.459
	(127.063)	(7.993)
Caixa oriundo das atividades operacionais	298.565	366.898
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aguisição de intangível	(245.924)	(196.192)
Resgate (aplicação) em títulos e valores mobiliários	` 78.493	(200.878)
Outros	-	349
Utilização de caixa em atividades de investimento	(167.431)	(396.721)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	40.689	326.371
Captação de debêntures	100.000	=
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(128.855)	(94.059)
Obrigações vinculadas	21.221	26.761
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(168.853)	(226.874)
Geração (utilização) de caixa das atividades de financiamento	(135.798)	32.199
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(4.664)	2.376
Caixa e equivalentes no início do exercício	14.536	12.160
Caixa e equivalentes no final do exercício	9.872	14.536
Variação líquida de caixa	(4.664)	2.376
(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.		
( )		

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

(Em milhares de reais)	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
RECEITAS		
Vendas brutas de energia, serviços e outros	2.787.437	2.690.534
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.799)	(26.177)
	2.775.638	2.664.357
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Energia elétrica comprada para revenda (*)	(972.794)	(1.015.703)
Encargos de uso da rede básica de transmissão (*)	(106.969)	(116.516)
Materiais, serviços de terceiros e outros (*)	(373.691)	(299.240)
VALOR ADIOIONADO DOUTO	(1.453.454)	(1.431.459)
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.322.184	1.232.898
Amortização (*)	(64.360)	(61.664)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	1.257.824	1.171.234
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	425.004	400 407
Receitas financeiras (*) VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	425.904 1.683.728	432.497 <b>1.603.731</b>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.003.720	1.003.731
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal	FO 047	42.002
Remunerações	52.217	43.993
Encargos sociais (exceto INSS) Benefício pós-emprego	12.387 (103)	10.593 (4.267)
Auxílio alimentação	6.986	5.565
Convênio assistencial e outros benefícios	8.871	8.421
Despesas com desligamento	3.797	3.950
Provisão para férias e 13º salário	8.983	7.939
Plano de saúde	4.215	3.253
Indenizações trabalhistas	828	2.125
Participação nos resultados	10.923	14.875
Administradores	3.088	3.483
(-) Transferência para ordens	(11.380)	(16.470)
Subtotal	100.812	83.460
Impostos, Taxas e Contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	11.187	10.490
ICMS	514.910	486.911
PIS/COFINS sobre faturamento	163.192	126.391
Imposto de renda e contribuição social	20.331	36.076
Obrigações intra-setoriais	214.073	211.622
Outros	1.919	1.699
Subtotal  Remuneração do Canitaio do Tarceiros	925.612	873.189
Remuneração de Capitais de Terceiros  Juros e variações cambiais	494.101	45C 257
Aluguéis (*)	1.146	456.357 1.031
Outros	(9.203)	3.543
Subtotal	486.044	460.931
Remuneração de Capitais Próprios	400.044	400.931
Juros sobre capital próprio	57.197	33.596
Dividendos distribuídos	33.457	54.939
Dividendos adicionais propostos	63.905	92.540
Reserva de Incentivo Fiscal - SUDENE	25.854	23.008
Absorção de reserva de lucros	(9.153)	(17.932)
Subtotal	171.260	186.151
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUIDO	1.683.728	1.603.731
	-	

<sup>(\*)</sup> Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

#### 1. Informações gerais

A Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN com sede no subdistrito de Baldo em Natal - Rio Grande do Norte, listada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA), controlada pela Neoenergia S.A., ("NEOENERGIA") é concessionária de serviço público de energia elétrica. Suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação distribuição e comercialização de energia e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 167 municípios do Estado do Rio Grande do Norte, abrangendo uma área de 53 mil Km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão de Distribuição nº. 08 com vencimento em 2027. Adicionalmente, a Companhia vem atendendo consumidores livres do Estado do Rio Grande do Norte, desde 2003.

A Administração da Companhia autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras em 25 de julho de 2017, as quais estão expressas em milhares de reais.

#### 2. Resumo das principais práticas contábeis

#### 2.1 - Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade ("IFRS" – Internacional Financial Reporting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras e afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

#### 2.2 – Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (i) o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados, (ii) o registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, (iii) a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, (iv) a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, (v) o cálculo dos ativos e passivos atuariais dos planos de benefícios pós-emprego, (vi) os valores a compensar da Parcela A e outros itens financeiros, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

#### 2.3 – Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

#### 2.4 – Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

a) Ativos financeiros:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão, valores a compensar da Parcela A e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.
- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável.
- Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, estes ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.
- Ativos financeiros disponíveis para venda: após mensuração inicial, estes ativos são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

#### b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, valores a compensar da Parcela A e outros itens financeiros, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos classificados a valor justo por meio do resultado.

Após reconhecimento inicial os empréstimos e financiamentos e debêntures são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, exceto quando os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são itens objeto de hedge, classificado como passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, quando atendido o critério de efetividade de hedge.

A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção, utilizando a contabilização de hedge (hedge accounting). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

#### 2.5 – Análise do Valor de Recuperação dos Ativos

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC), que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo ou da UGC não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Uma UGC é definida como o menor grupo identificável de ativos que geram fluxos de entrada de caixa independente dos fluxos de entrada de caixa de outros ativos ou grupo de ativos. O valor recuperável de uma UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido das despesas de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Evidencia objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- ✓ Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo:
- ✓ Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- ✓ O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- ✓ Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- ✓ Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- ✓ Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

#### 2.6 - Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

#### 2.7 - Reapresentação

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo reapresentadas, de forma espontânea, no âmbito dos trabalhos preparatórios realizados com vistas a uma potencial oferta pública inicial de distribuição de ações de emissão da sua acionista Controladora Neoenergia S.A., conforme Fato Relevante por ela divulgado em 18 de julho de 2017, objetivando uma melhor apresentação da posição patrimonial e do desempenho operacional e econômico da Companhia, e em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros.

Os valores correspondentes aos balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2016 e 2015 e às demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados dos exercícios findos naquelas datas, cujas demonstrações financeiras foram originalmente arquivadas na Comissão de valores mobiliários (CVM) em 8 de fevereiro de 2017 e 22 de fevereiro de 2016, respectivamente, estão sendo reapresentados, considerando os ajustes e reclassificações decorrentes dos seguintes assuntos:

- (a) Apresentação e melhor demonstração dos valores de Instrumentos Financeiros Derivativos (swap), segregados dos valores de empréstimos, financiamentos e debentures objetos de hedge.
- (b) Efeitos tributários decorrentes dos ajustes efetuados.
- (c) Registro do complemento (estorno) da atualização do valor justo do ativo financeiro indenizável, nos montantes de R\$ 2.040 e R\$ 4.670 em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente.
- (d) Efeito do ajuste do passivo atuarial em 31 de dezembro de 2014 para correção de premissas utilizadas para determinação das taxas de desconto aplicadas nos cálculos das obrigações atuariais dos planos de benefício pós emprego.
- (e) Recálculo dos encargos setoriais em função da alteração da receita operacional líquida.
- (f) Complemento de provisão para contingências cíveis no montante de R\$ 2.048.
- (g) Reclassificação da receita de multa por inadimplência do consumidor e da perda relativa a créditos de liquidação duvidosa sobre essa receita, da receita líquida e despesa financeira, para o custo do serviço e despesa com vendas no montante de R\$ 20.057.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

- (h) Efeito total de todos os ajustes realizados no resultado do exercício.
- (i) Outras reclassificações entre contas para fins de melhor apresentação.
- (j) Baixa de projetos descontinuados, mas que estavam pendentes de encerramentos em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 4.295.
- (k) Reversão da despesa com participação dos empregados nos lucros (PLR) que havia sido reconhecida inicialmente apenas em 2015, mas era de competência de exercícios anteriores, no montante de R\$ 1.191.
- (I) Efeitos da correção do cálculo da alíquota efetiva do PIS e COFINS de exercícios anteriores registrados originlamente no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.
- (m) Reclassificação de títulos e valores mobiliários originalmente classificados como caixa e equivalentes de caixa.

#### 2.7.1 Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015

			2015	
	•	Originalmente	A	B
Adina		apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	(m)	250.878	(236.342)	14.536
Títulos e valores mobiliários	` '	3.042	(236.342)	239.384
Impostos e contribuições a recuperar	(m)	3.042 77.174	236.342 9.677	239.384 86.851
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	(b)	77.174		
Instrumentos financeiros derivativos	(a)	-	21.877	21.877
Outros ativos circulantes		384.095	-	384.095
Não Circulante	(1.)	00.040	(0.405)	24247
Impostos e contribuições sociais diferidos	(b)	86.812	(2.195)	84.617
Benefícios pós emprego e outros benefícios	(d)	3.983	1.786	5.769
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(c)	482.778	4.670	487.448
Instrumentos financeiros derivativos	(a)	-	158.287	158.287
Outros ativos não circulantes		916.145	<u>-</u>	916.145
Total do Ativo		2.204.907	194.102	2.399.009
Passivo				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	(a)	114.983	21.038	136.021
Taxas regulamentares	(e)	30.606	(553)	30.053
Impostos e contribuições a recolher	(b)/(i)	62.579	13.871	76.450
Outros passivos circulantes	(i)	309.363	1.700	311.063
Não Circulante	(-)	555.555	00	0111000
Empréstimos e financiamentos	(a)	780.449	157.209	937.658
Instrumentos financeiros derivativos	(a)	700.440	1.917	1.917
Outros passivos não circulantes	(Δ)	52.959	-	52.959
Patrimônio líquido	:	853.968	(1.080)	852.888
Total do passivo e patrimônio líquido	•	2.204.907	194.102	2.399.009
. c.a. ac paccine a parimonio induido		2.20 11001	10 11102	

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

		2016		
		Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<u>Ativo</u>				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	(m)	195.478	(185.606)	9.872
Títulos e valores mobiliários	(m)	3.857	185.606	189.463
Impostos e contribuições a recuperar	(b)	47.670	11.882	59.552
Outros ativos circulantes		372.499	-	372.499
Não Circulante				
Impostos e contribuições sociais diferidos	(b)	67.624	783	68.407
Benefícios pós emprego e outros benefícios	(d)	9.924	1.786	11.710
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(c)	626.921	(2.040)	624.881
Intangível	(j)	785.681	(4.295)	781.386
Outros ativos não circulantes		286.098	-	286.098
Total do Ativo		2.395.752	8.116	2.403.868
<u>Passivo</u>				
Circulante				
Taxas regulamentares	(e)	38.599	(534)	38.065
ostos e contribuições a recolher	(b)/(i)	65.753	15.631	81.384
Outros passivos circulantes	(i)	583.692	1.702	585.394
Não Circulante				
Provisões	(f)	33.385	2.048	35.433
Outros passivos não circulantes		818.449	-	818.449
Patrimônio líquido		855.874	(10.731)	845.143
Total do passivo e patrimônio líquido		2.395.752	8.116	2.403.868

# **2.7.2** Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

			2015	
		Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receita líquida	(b)/(c)/(e)/(g)/(i)/(l)	1.805.987	(47.742)	1.758.245
Custo do serviço	(g)/(i)	(1.362.378)	20.224	(1.342.154)
Despesas com vendas	(i)	(83.001)	(180)	(83.181)
Despesas gerais e administrativas	(i)/(k)	(82.225)	1.282	(80.943)
Receitas financeiras		430.160	-	430.160
Despesas financeiras Imposto de renda e contribuição	(i)	(459.320)	(580)	(459.900)
social	(b)	(41.853)	5.777	(36.076)
Lucro líquido do exercício		207.370	(21.219)	186.151

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

			2016	
		Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receita líquida	(b)/(c)/(e)/(i)	1.798.860	(4.656)	1.794.204
Custo do serviço	(i)/(j)	(1.371.279)	(4.047)	(1.375.326)
Despesas com vendas		(66.228)	-	(66.228)
Despesas gerais e administrativas	(f)	(96.163)	(2.048)	(98.211)
Receitas financeiras	(i)	423.505	(1.455)	422.050
Despesas financeiras	(i)	(483.282)	(1.616)	(484.898)
Imposto de renda e contribuição social	(b)	(24.502)	4.171	(20.331)
Lucro líquido do exercício		180.911	(9.651)	171.260

**2.7.3** Demonstração do resultado abrangente referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Exceto pela alteração do lucro líquido do exercício, a demonstração do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 originalmente apresentada não sofreu alteração em função dos ajustes realizados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

## 2.7.4 Demonstração das mutações dos resultados dos exercícios em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	Reservas de capital				Reserva de lucros			_					
	Capital social	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Reserva especial de ágio	Reserva de incentivo fiscal	Outras reservas de capital	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Outras reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total do patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2015													
(originalmente apresentado)	179.787	4.648	179.315	82.428	375	280.124	35.957	-	296	(1.502)	-	92.540	853.968
Efeito dos ajustes realizados no saldo de abertura	-	_	_	_	-	(1)	_	_	_	1.179	18.961	_	20.139
Efeito dos ajustes realizados no lucro líquido do exercício	-	-	_	-	-	-	_	-	_	-	(21.219)	-	(21.219)
Destinações:  Efeito dos ajustes realizados na destinação das reservas de lucros	_	_	_	_	_	_	_	1.029	_	_	(1.029)	_	_
Efeito dos ajustes realizados no cálculo do incentivo fiscal Sudene		-	-	-	-	(3.287)	-	-	-	-	3.287	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado)	179.787	4.648	179.315	82.428	375	276.836	35.957	1.029	296	(323)	-	92.540	852.888

Saldos em 31 de dezembro de 2016 (originalmente apresentado)
Efeito dos ajustes realizados no saldo de abertura
Efeito dos ajustes realizados no lucro líquido do exercício
Destinações:
Efeito dos ajustes realizados no
cálculo do incentivo fiscal Sudene
Saldos em 31 de dezembro de 2016
(reapresentado)

		as de capita	I		Reservas	de lucros				
Capital social	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Reserva especial de ágio	Reserva de incentivo fiscal	Outras reservas de capital	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total do patrimônio Líquido
179.787	4.648	179.315	82.428	375	306.476	35.957	2.687	-	64.201	855.874
-	-	-	-	-	(3.288)	(8.124)	1.179	9.153	-	(1.080)
-	-	-	-	-	-	-	-	(9.651)	-	(9.651)
	-	-	-	-	(498)	-	-	498	-	-
179.787	4.648	179.315	82.428	375	302.690	27.833	3.866	-	64.201	845.143

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

# **2.7.5** Demonstração do fluxo de caixa referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

			2015	
		Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Caixa oriundo das Atividades Operacionais	(i)/(m)	378.849	(11.951)	366.898
Utilização de caixa em atividades de investimento	(i)/(m)	(196.063)	(200.658)	(396.721)
Geração de caixa em atividades de financiamento	(i)	31.585	614	32.199
Variação líquida de caixa		214.371	(211.995)	2.376
			2016	
		Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Caixa oriundo das Atividades Operacionais	(m)/(b)	328.287	(29.722)	298.565
Utilização de caixa em atividades de investimento	(m)	(247.889)	80.458	(167.431)
Geração de caixa em atividades de financiamento		(135.798)	-	(135.798)
Variação líquida de caixa		(55.400)	50.736	(4.664)

# **2.7.6** Demonstração do valor adicionado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

		2015		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	
(b)/(c)/(e)	1.167.598	3.636	1.171.234	
	432.497	-	432.497	
	1.600.095	3.636	1.603.731	
(f)	84.651	(1.191)	83.460	
(b)	847.723	25.466	873.189	
(i)	460.351	580	460.931	
(h)	207.370	(21.219)	186.151	
	1.600.095	3.636	1.603.731	
	(f) (b) (i)	apresentado (b)/(c)/(e)  1.167.598 432.497 1.600.095  (f) 84.651 (b) 847.723 (i) 460.351 (h) 207.370	Originalmente apresentado         Ajustes           (b)/(c)/(e)         1.167.598         3.636           432.497         -           1.600.095         3.636           (f)         84.651         (1.191)           (b)         847.723         25.466           (i)         460.351         580           (h)         207.370         (21.219)	

		2016	
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
(b)/(c)/(e)/(f)	1.270.466	(12.642)	1.257.824
(i)	427.359	(1.455)	425.904
	1.697.825	(14.097)	1.683.728
	100.812	-	100.812
(b)	931.674	(6.062)	925.612
(j)	484.428	1.616	486.044
(h)	180.911	(9.651)	171.260
	1.697.825	(14.097)	1.683.728
	(b) (j)	apresentado           (b)/(c)/(e)/(f)         1.270.466           (i)         427.359           1.697.825         100.812           (b)         931.674           (j)         484.428           (h)         180.911	Originalmente apresentado         Ajustes           (b)/(c)/(e)/(f)         1.270.466         (12.642)           (i)         427.359         (1.455)           1.697.825         (14.097)           100.812         -           (b)         931.674         (6.062)           (j)         484.428         1.616           (h)         180.911         (9.651)

## 3. Novos pronunciamentos e alterações e interpretações de pronunciamentos existentes

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

# 3.1 Pronunciamentos Contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

A natureza e o impacto, se algum, de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

Pronunciamento	Objetivo
IFRS 7 Instrumentos financeiros: Divulgações (Vigência a partir de 01/01/2016)	A alteração esclarece que um contrato de serviço que inclua uma taxa pode constituir envolvimento contínuo em um ativo financeiro. Uma entidade deve avaliar a natureza desta taxa e o acordo em comparação à orientação sobre envolvimento contínuo na IFRS 7, a fim de avaliar se a evidenciação é exigida. A avaliação de quais contratos de serviços constituem envolvimento contínuo deve ser feita retrospectivamente. Contudo, a evidenciação exigida não precisa ser fornecida para qualquer período iniciado antes do período anual em que a entidade aplicar pela primeira vez as alterações. Estas alterações não geraram nenhum impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
Alteração da IAS 1 – resentação de Demonstrações Financeiras (Iniciativa de divulgação). (Vigência a partir de 01/01/2016)	As alterações têm o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações contábeis, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS. Itens de linhas específicas nas demonstrações do resultado e de outros resultados abrangentes e no balanço patrimonial podem ser desagregados; flexibilidade quanto à ordem em que apresentam as notas às demonstrações financeiras. Estas alterações não geraram nenhum impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
Alteração IAS 16 e IAS 38 Esclarecimentos de Métodos aceitáveis de depreciação e amortização (Vigência a partir de 01/01/2016.)	A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. As alterações são aplicadas de forma prospectiva e não têm impacto sobre a Companhia, uma vez que não foi alterado o método para amortização dos ativos não circulantes.
IAS 19 Benefícios a Empregados (Vigência a partir de 01/01/2016)	Essa norma esclarece que a profundidade do mercado de títulos privados em diferentes países é avaliada com base na moeda em que é denominada a obrigação, em vez de no país em que está localizada a obrigação. Quando não existe mercado profundo para títulos privados de alta qualidade nessa moeda, devem ser usadas taxas de títulos públicos. Essa alteração deve ser aplicada retrospectivamente porém não têm impacto sobre a Companhia, uma vez que esta já utilizava taxas de títulos públicos com base na moeda em que é denominada a sua obrigação.
Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 – Entidades de Investimento (vigência a partir de 01/01/2016)	Esclarecem que a isenção de preparar demonstrações financeiras consolidadas é aplicável para uma entidade controladora que seja a controlada de uma entidade de investimento, mesmo que a entidade de investimento avalie todas as suas controladas ao valor justo de acordo com a IFRS 10
Alterações à IFRS 11/ – Acordo contratual conjunto (vigência a partir de 01/01/2016)	Fornecem instruções de como contabilizar a aquisição de um negócio em conjunto que constitua um "negócio", conforme a definição dada pela IFRS 3/CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2012-2014: Traz parágrafos novos ou alterados aplicáveis pela primeira vez a partir de 01/01/2016	Alteraram os parágrafos 26-29 e acrescentaram o parágrafo 26A para esclarecer a contabilização quando uma entidade reclassifica um ativo (ou grupo de alienação) de "mantido para venda" para "mantido para distribuição". A entidade deve aplicar essas alterações prospectivamente a mudanças no método de alienação ocorridas em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

# 3.1 Pronunciamentos Contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações financeiras e não foram adotados antecipadamente:

Pronunciamento	Objetivo
IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)	Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge.
IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018)	Substituir todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1 de janeiro 2018. O objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento da receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações financeiras.
IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)	Estabelecer os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.
IAS 7 Demonstração de fluxos de caixa – Alterações à IAS 7 (Vigência a partir de 01/01/2017)	Fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores.
IAS 12 Tributos sobre o lucro - Alterações à IAS 12 (Vigência a partir de 01/01/2017)	Esclarecer que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível. Além disso, fornecem orientações sobre a forma como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros e explicam as circunstâncias em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de alguns ativos por valores maiores do que seu valor contábil.
Modificações à IFRS 2 (Vigência a partir de 01/01/2018)	A alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente ("cash-settled") e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente ("Cashsettled") para liquidado com capital próprio ("equity-settled"). Para além disso, a alteração introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio ("equity-settled"), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal.

A companhia ainda esta avaliando os efeitos das aplicações dessas novas normas e alterações de normas existentes sobre os valores e divulgações apresentadas nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

#### 4. Assuntos regulatórios

#### **Bandeiras Tarifárias**

A Resolução Normativa nº 547/2013, criou o sistema de aplicação de Bandeiras Tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com finalidade de repassar ao consumidor os custos adicionais de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico.

Atualmente existem quatro faixas de bandeiras: vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$45/MWh, vermelha – patamar 1, com acréscimo de R\$30/MWh, amarela, com acréscimo de R\$15/MWh e verde, sem acréscimo.

Em 2015, vigorou a bandeira vermelha – patamar 1 nos meses de janeiro e fevereiro e patamar 2 a partir de março. Já em 2016, foi aplicada bandeira vermelha – patamar 2 em janeiro, vermelha – patamar 1 em fevereiro, amarela em março e novembro e verde de abril a outubro e em dezembro.

Em 2016 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 47.308 (R\$ 205.042 em 2015) de bandeira tarifária, sendo que deste montante R\$ 5.941 foram repassados para a Conta Centralizadora dos Recursos de bandeiras tarifárias - CCRBT (R\$ 27.682 em 2015), criada por meio do Decreto n° 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

#### Sobrecontratação de energia

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência mínima de cinco, três ou um ano.

Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004 se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas das variações de custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

No final de 2014, visando um maior equilíbrio no custo da energia comprada pelas empresas de distribuição, a ANEEL propôs uma realocação das cotas de energia proveniente das geradoras que possuem um preço médio menor e que tiveram seus contratos de concessão prorrogados nos termos da Lei nº 12.783/2013, alterando, a partir de janeiro de 2015, os montantes contratados de cada distribuidora.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

Com o intuito de evitar um desequilíbrio econômico-financeiro para as empresas do setor, a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 706 de 1º de abril de 2016, informou que o efeito desta realocação de cotas será considerado como involuntário, ou seja, com a respectiva cobertura tarifária.

Concomitante à questão das cotas, o impacto da queda no consumo de energia em decorrência do cenário econômico desfavorável, e a crescente migração de consumidores potencialmente livres para o ACL, em decorrência dos baixos preços praticados no mercado livre, vem contribuindo para que as empresas apresentem um cenário de sobrecontratação de energia, que vem sendo tratado pelas distribuidoras através da ABRADEE, no âmbito do Ministério de Minas e Energia – MME e ANEEL, para endereçamento apropriado de forma a mitigar possíveis impactos para o setor.

Em 19 de abril de 2016 a ANEEL emitiu a Resolução Normativa nº 711, revogando a Resolução Normativa nº 508/2012, e definindo mecanismos de adequação dos níveis de contratação de energia, por meio de acordos bilaterais, que podem vir a alterar as condições inicialmente pactuadas nos Contratos de Comercialização no Ambiente de Contratação Regulada – CCEARs, nas seguintes modalidades: a) redução temporária total ou parcial da energia contratada; b) redução parcial permanente da energia contratada; e c) rescisão contratual. A Companhia vem realizando acordos bilaterais nos termos desta Resolução com o propósito de diminuir eventuais impactos de sobrecontratação.

Em 21 de junho de 2016, a Resolução Normativa ANEEL nº 726, a ANEEL alterou a regulamentação vigente, permitindo a redução da energia contratada relativa ao consumo dos clientes especiais que migrarem para o mercado livre nos contratos que forem firmados após a decisão em questão. Na mesma data, a Resolução Normativa nº 727 alterou a Resolução Normativa Nº 693/2015, que estabelece os critérios para aplicação do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia - MCSD proveniente de novos empreendimentos de geração, possibilitando que caso os montantes declarados pelas distribuidoras resulte em excedente de sobras será aberta aos geradores vendedores dos contratos a possibilidade de ofertar a redução dos montantes vendidos.

Adicionalmente, em 02 de agosto de 2016, a ANEEL foi emitido o Decreto nº 8.828/16 que elimina o limite de recontratação do montante de reposição dos contratos de energia existentes que estão a expirar sem ônus e penalidades para as distribuidoras.

Outra medida que também visou atenuar eventuais sobrecontratações, permitindo que as distribuidoras declarem necessidade de compra para o Leilão A-1 mais próxima à realidade, foi à publicação do Despacho nº 2.769/2016 em outubro de 2016 pela ANEEL, determinando que a CCEE promovesse algumas mudanças nos procedimentos de realização do MCSD de Energia Existente. Uma das novidades foi a criação de mais uma modalidade de MCSD - Trocas Livres, que ocorrerá em novembro de cada ano com efeitos a partir de janeiro do ano subsequente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Companhia fez uso dos mecanismos disponíveis para gerenciar sua sobrecontratação.

#### Decreto nº 8.221/14

As distribuidoras de energia elétrica enfrentaram ao longo dos anos de 2013 e 2014 uma significativa pressão sobre os seus resultados e dispêndios de caixa em decorrência da forte elevação dos custos da energia ocasionados pela: (i) elevação de preços no mercado de curto prazo devido a redução da oferta de contratos de energia a partir da não renovação de algumas concessões de usinas geradoras; (ii) condições hidro energéticas desfavoráveis à época, o que culminou no despacho das usinas térmicas com preços bem mais elevados. Diante deste cenário, o Governo Federal, dentre outras medidas, permitiu o repasse às distribuidoras de recursos provenientes do fundo da CDE para neutralizar esses efeitos. Sendo os recursos provenientes do fundo da CDE insuficientes para neutralizar a exposição das distribuidoras, foi publicado em abril de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para contratação de empréstimos junto a bancos e consequente repasse às empresas distribuidoras.

Para que a CCEE pudesse iniciar a liquidação dos seus compromissos junto aos bancos, todas as distribuidoras iniciaram o repasse nas tarifas a partir do mês de seu Reajuste ou Revisão Tarifária de 2015. Sendo assim, através da Resolução Homologatória nº 2.004/15, a ANEEL homologou para a Companhia um incremento na tarifa equivalente a R\$ 9.093 por mês, que está sendo repassado à CCEE desde abril de 2015 até março de 2021, sendo atualizado periodicamente. Em 2016 a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 107.619 (R\$ 77.356 em 2015).

A CCEE vem liquidando esse compromisso financeiro com o recebimento das parcelas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à mesma. Essas parcelas são estabelecidas pela ANEEL para pagamento mensal de cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. Adicionalmente, a Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta ou indireta para esses contratos.

#### Reajuste Tarifário Anual – IRT 2016

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.064, de 19 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, em 11,51%, dos quais 11,80% correspondem ao reajuste tarifário econômico e -0,29% aos componentes financeiros pertinentes.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio percebido pelos consumidores da concessionária é de 7,73%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

As novas tarifas entraram em vigor a partir de 22 de abril de 2016 com vigência até 21 de abril de 2017.

#### 5. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

		2016	2015
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	(a)		
Caixa e Depósitos bancários à vista		9.872	14.536
Total		9.872	14.536
Títulos e valores mobiliários	(b)		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)		3.621	4.053
Fundos de investimento		199.915	236.457
Total		203.536	240.509
Circulante		189.463	239.384
Longo Prazo		14.073	1.125

- (a) Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
- **(b)** Títulos e valores mobiliários são representados por: (i) garantias oferecidas para participação em leilões de energia; (ii) fundos de investimentos e (iii) aplicações que têm seus vencimentos superiores a três meses da data de aplicação.

Segue composição da carteira dos Fundos de Investimento da Companhia:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

<u>.</u>	2016	2015
Fundo BB Polo 28 Fl Renda Fixa	110.301	201.489
BB TOP RF MODERADO FI RF LP	20.468	88.417
BB TOP RF CONSERVADOR FI RF LP	68.053	84.103
BB TOP PRINCIPAL REFERENCIADO DI LP FI	-	12.130
CDBs	6.237	15.267
LF	11.570	-
Debentures	246	1.125
DPGE	3.516	-
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	-	403
Outros	211	44
Fundo Bradesco FIC Referenciado DI Recife	64.102	34.968
BRAM FI REF DI CORAL	40.397	9.787
BRAM FI REF DI RUBI	23.705	25.181
Fundo Santander FIC Natal Renda Fixa Referenciado DI	25.513	-
SANTANDER FI PROFIT RENDA FIXA REFERENCIADO DI	20.419	-
SANTANDER FI TIT PUBLICOS RENDA FIXA REFERENCIADO DI	5.093	
Total Fundos Restritos	199.915	236.457

### 6. Contas a receber de clientes e outros

As contas a receber de clientes e outros estão compostas da seguinte forma:

### (a) Consumidores

(.,,		Saldo	s vencidos	Tot	al	PC	CLD
	Saldos vincendos	Até 90 dias	Mais de 90 dias	2016	2015	2016	2015
Setor privado							
Residencial	30.380	51.804	14.588	96.772	87.860	(14.585)	(11.448)
Industrial	11.937	3.753	19.050	34.740	34.158	(19.050)	(18.387)
Comercial, serviços e outras	32.789	12.902	7.370	53.061	55.882	(4.889)	(7.735)
Rural	9.094	6.526	6.193	21.813	20.315	(4.732)	(3.728)
	84.200	74.985	47.201	206.386	198.215	(43.226)	(41.298)
Setor público Poder público						, ,	,
Federal	4.112	110	409	4.631	9.015	(402)	(183)
Estadual	139.675	4.519	2.066	146.260	150.611	(1.097)	(24)
Municipal	45.332	3.615	23.879	72.826	73.246	(23.879)	(23.026)
	189.119	8.244	26.354	223.717	232.872	(25.378)	(23.233)
Iluminação pública	4.815	3.164	1.143	9.122	7.041	(716)	(410)
Serviço público	8.775	1.264	3.134	13.173	11.225	(2.127)	(1.148)
Fornecimento não faturado	68.375	-	-	68.375	80.642	-	-
Total	355.284	87.657	77.832	520.773	529.995	(71.447)	(66.089)
Circulante			<del></del>	366.635	368.824	(71.447)	(66.089)
Não circulante				154.138	161.171		-

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

As contas a receber de consumidores do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados pró-rata temporis.

#### (b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE informados a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores de longo prazo, R\$ 13.099 (R\$ 13.099 em 2015) compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculadas a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada à incerteza de sua realização a Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito.

#### (c) Subvenções / Subsídios Governamentais

#### (c.1) Baixa renda - Tarifa Social

O Governo Federal, por meio das Leis nº.s 12.212 e 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 10.528 e refere-se aos meses de novembro e dezembro de 2016 (R\$ 8.323 em 2015).

### (c.2) CDE

Em 19 de abril de 2016, foi emitida a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.064/16 aprovando o valor mensal de R\$ 6.181, a ser repassado pela Eletrobrás durante o período de abril de 2016 a março de 2017.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 13.918 (R\$ 26.429 em 31 de dezembro de 2015).

#### (d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

A PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD dos consumidores é constituída considerando os parâmetros recomendados pela Aneel, com base nos valores a receber da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial, vencidos há mais de 180 dias, e das classes industrial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público, vencidos há mais de 360 dias, além da experiência em relação ao histórico das perdas efetivas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

As baixas de créditos para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos pela legislação fiscal em vigor.

	Consumidores	Títulos a receber	Comercialização de energia na CCEE	Outros créditos	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2015 Adições	(45.398) (21.194)	(1.277) (2)	(13.099)	(17.000) (1.234)	(76.774) (22.430)
Reversões	503	1.279	-	16.702	18.484
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(66.089)	-	(13.099)	(1.532)	(80.720)
Adições	(14.889)	-		(703)	(15.592)
Reversões	3.615	-	-	178	3.793
Baixados a reserva	5.916	-	-	-	5.916
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(71.447)	-	(13.099)	(2.057)	(86.603)

#### 7. Impostos e contribuições a recuperar

		2016	2015
Circulante		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Imposto de renda – IR	(a)	28.332	23.122
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	3.934	10.874
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	14.717	12.091
Programa de integração social – PIS	(c)	2.203	6.865
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(c)	9.231	31.619
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		627	796
Imposto sobre serviços – ISS		508	1.481
Outros		-	3
		59.552	86.851
Não circulante			
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	20.905	16.950
Total		80.457	103.801

- (a) Correspondem aos valores de saldos negativos de IRPJ e CSLL dos exercícios corrente e anteriores, composto por antecipações, retenções de instituições financeiras, órgãos públicos e prestadores de serviços, atualizados pela taxa SELIC.
- **(b)** Do montante total de ICMS a recuperar, R\$ 35.622 (R\$ 29.041 em 2015) refere-se a ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo operacional.
- (c) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo no montante de R\$ 11.434 (R\$ 38.484 em 31 de dezembro de 2015).

#### 8. Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

A composição dos ativos e passivos setoriais encontra-se demonstradas a seguir:

		2016						
			Circulante			Não Circulante		
		Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (passivo)	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (passivo)	Total Líquido
Parcela A								
Valores Tarifários Não								
Gerenciáveis da "Parcela A"		1.552	(10.291)	(8.739)	-	-	-	(8.739)
Energia		10.162	(23.317)	(13.155)	-	(7.773)	(7.773)	(20.928)
Encargo de Serviço do								
Sistema - ESS		-	(26.406)	(26.406)	-	-	-	(26.406)
Neutralidade dos encargos								
setoriais		669	(6.898)	(6.229)	-	(2.293)	(2.293)	(8.522)
Repasse de	(2)							
Sobrecontratação	(a)	-	(11.724)	(11.724)	-	(1)	(1)	(11.725)
Outras CVA´s		9.487	(879)	8.608	492	(6.547)	(6.055)	2.553
Itens Financeiros								
Energia Eletronuclear		20	-	20	-	-	-	20
Financeiro de Reversão								
RTE		4.428	(1.543)	2.885	-	-	-	2.885
Outros itens financeiros		996	(398)	598	229	-	229	827
Total		27.314	(81.456)	(54.142)	721	(16.614)	(15.893)	(70.035)

## (a) Repasse de Sobrecontratação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apurou uma sobrecontratação de energia de 5,49%, e reconheceu um ajuste financeiro ativo atualizado de R\$ 48, de forma a anular o efeito sobre o resultado obtido com a venda do excedente ou com a compra da exposição de energia no mercado de curto prazo, a um PLD médio de R\$161,19/MWh. Vale destacar que, como a apuração da sobrecontratação superou o limite dos 5%, a Companhia registrou um componente financeiro ativo atualizado no valor de R\$ 200, associado ao excedente de sobrecontratação sem direito a repasse, em conformidade com a metodologia estabelecida pela ANEEL.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantém um componente financeiro de sobrecontratação passivo total atualizado de R\$ 11.725, que contempla além da constituição do repasse do exercício corrente, o repasse da sobrecontratação do exercício 2015, reconhecido no reajuste tarifário de abril de 2016 em fase de amortização.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais está demonstrada a seguir:

	2016	2015
Saldos Iniciais	(2.838)	97.440
Constituição	(49.207)	(55.932)
Amortização	(14.483)	(54.196)
Remuneração financeira setorial	(3.507)	9.850
Saldos finais	(70.035)	(2.838)

#### 9. Impostos e contribuições diferidos

		2016	2015
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Imposto de renda e contribuição social	(a)	4.360	13.129
Diferido ativo		41.302	36.661
Diferido passivo		(36.942)	(23.532)
Benefício fiscal do ágio e reversão da Provisão da Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL)	(b)	64.047	71.488
Total		68.407	84.617

#### (a) Imposto de renda e contribuição social diferido

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

A Companhia registrou o IRPJ e a CSLL diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

	Ativo					
	20	16	20	15		
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido		
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)		
Imposto de renda						
Diferenças temporárias	12.824	3.206	38.614	9.654		

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

Contribuição Social

 Diferenças temporárias
 12.824
 1.154
 38.614
 3.475

 Total
 4.360
 13.129

A base de cálculo dos tributos diferidos é composta como segue:

	201	16	2015		
-	IR	CSLL	IR	CSLL	
-	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	
Ativo					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	25.021	25.021	24.856	24.856	
Provisão contingências	43.445	43.445	39.784	39.784	
Provisão agente arrecadador	2.099	2.099	2.099	2.099	
Provisão PLR	7.720	7.720	8.642	8.642	
Receita de ultrapassagem	37.218	37.218	27.657	27.657	
Valor justo de derivativos financeiros	234	234	-	-	
Outros	5.739	5.739	4.792	4.792	
Total ativo	121.476	121.476	107.830	107.830	
Passivo (-)					
Valor justo de derivativos financeiros	-	-	(1.020)	(1.020)	
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(62.464)	(62.464)	(35.092)	(35.092)	
Ajuste da quota anual de amortização	(15.570)	(15.570)	(12.528)	(12.528)	
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(15.198)	(15.198)	(12.669)	(12.669)	
Superávit plano previdenciário	(13.762)	(13.762)	(6.895)	(6.895)	
Custo de captação	(1.658)	(1.658)	(1.012)	(1.012)	
Total passivo	(108.652)	(108.652)	(69.216)	(69.216)	
Total líquido	12.824	12.824	38.614	38.614	

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração em 15 de dezembro de 2016 e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia em 10 de novembro de 2016, indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de tributos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera, conforme Instrução CVM 371/02.

A expectativa de realização dos tributos diferidos está demonstrada a seguir:

2017	2018	2019	2020	2021	Total
741	1.221	1.875	206	317	4.360

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

	20	16	2015		
	IR	CSLL	IR	CSLL	
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	191.591	191.591	222.227	222.227	
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(7.441)	(7.441)	(7.755)	(7.755)	
Juros sobre capital próprio	(57.197)	(57.197)	(33.595)	(33.595)	
Base de cálculo	126.953	126.953	180.877	180.877	
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%	
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	31.738	11.426	45.219	16.279	
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício:					
(+) Adições					
Contribuições e doações	345	124	395	142	
Multas indedutíveis	8	3	5	2	
Depreciação veículos executivos	250	90	289	104	
Outras adições	841	303	1.020	367	
	1.444	520	1.709	615	
(-) Exclusões					
Reversão da provisão do ágio	(3.611)	(1.300)	(3.764)	(1.355)	
Incentivo fiscal SUDENE	(25.854)	-	(23.008)	-	
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	(1.182)	-	(1.375)	-	
Outras exclusões	(213)	(78)	(1.086)	(384)	
	(30.860)	(1.378)	(29.233)	(1.739)	
Imposto de renda e contribuição social no exercício	2.322	10.568	17.695	15.155	
Diferido de diferença temporária de RTT	-	-	(4.529)	-	
Imposto de renda e contribuição social no resultado	2.322	10.568	13.166	15.155	
Corrente	-	6.278	4.625	10.449	
Recolhidos e pagos	4.942	7.186	8.454	12.191	
Á pagar	-	813	-	-	
Compensados e deduzidos	13.752	1.275	3.470	1.184	
Impostos antecipados a recuperar	(18.694)	(2.986)	(7.299)	(2.926)	
Diferido	2.322	4.290	8.541	4.706	
	2.322	10.568	13.166	15.155	

## (b) Benefício fiscal - mais-valia incorporado

O benefício fiscal da mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a maisvalia de aquisição incorporada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

Com o objetivo de evitar que a amortização da mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido de sua incorporadora (PMIPL), cujos saldos são como segue:

Ágio – incorporado	638.018
Provisão constituída	(421.092)
Benefício fiscal	216.926
Amortização acumulada	(427.758)
Reversão acumulada	282.320
Saldos em 31 de dezembro de 2015	71.488
Amortização	(21.884)
Reversão	14.443
Saldos em 31 de dezembro de 2016	64.047

A mais-valia está sendo amortizada pelo período remanescente de exploração da concessão, desde dezembro de 2000, em 325 parcelas mensais e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, conforme curva abaixo:

Curvas de amortização							
Ano	Fator	Ano	Fator				
2017	0,03289	2023	0,02551				
2018	0,03153	2024	0,02442				
2019	0,03022	2025	0,02336				
2020	0,02907	2026	0,02235				
2021	0,02784	2027	0,02140				
2022	0,02666						

#### 10. Concessão de serviço público

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica detido pela Companhia está enquadrado nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata da contabilidade de concessões e dos investimentos em infraestrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final da concessão.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

### 10.1 Ativo financeiro

O cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR) ao final do prazo contratual da concessão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

Dessa forma, o ativo financeiro da concessão é composto pelo valor residual dos ativos da BRR do 3º Ciclo de Revisão Tarifária, devidamente movimentado por adições, baixas, transferências, depreciações e atualizações.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da Concessão está assim apresentada:

		2016	2015
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Saldos iniciais		487.448	393.864
Baixas		(490)	(154)
Amortização/reversão		469	-
Transferencias	(a)	110.077	54.541
Atualização valor justo		27.377	39.197
Saldos finais		624.881	487.448

(a) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no exercício.

O ativo financeiro da concessão é remunerado ao seu valor justo mais custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, incluído na tarifa e reconhecido no resultado mediante faturamento aos consumidores (Vide nota 19). A realização do WACC, sobre a totalidade da infraestrutura ocorre através do faturamento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, para estimar o valor da indenização ao final da concessão, o valor residual do ativo financeiro é atualizado a valor justo utilizando a Base de Remuneração Regulatória (BRR) estabelecida a cada revisão tarifária. As variações anuais dessa atualização a valor justo nos anos em que não há revisão tarifária é capturada através da aplicação ao ativo financeiro da variação do IPCA, mesmo índice utilizado pelo regulador para atualização da BRR nas revisões tarifárias anuais, considerado pela Companhia como a melhor estimativa dessa variação, cuja contrapartida é registrada no resultado do exercício.

#### 10.2 Intangível

O ativo intangível é composto pelos ativos de distribuição avaliados ao custo de aquisição, incluindo custos de empréstimos capitalizados e deduzido de obrigações especiais e amortização acumulada. A amortização é calculada de forma não linear, pelo prazo esperado de retorno via tarifa (prazo de vencimento do contrato).

As obrigações especiais representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, desde o segundo ciclo de revisão tarifária periódica. Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

Em 2016 foi incorporado ao ativo intangível, a título de custos de empréstimos capitalizados, o montante de R\$ 15.220 (R\$ 6.504 em 2015) tendo sido a taxa média mensal de capitalização de 1,02%.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável.

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	2016				2015	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
					(Reapresentado)	
Em serviço						
Direito uso concessão	4,41%	1.487.150	(769.758)	(106.048)	611.344	571.981
Em curso			,	, ,		
Direito uso concessão	-	208.924	-	(38.882)	170.042	143.523
Total	- -	1.696.074	(769.758)	(144.930)	781.386	715.504

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	_	Em serviço				Em curso			
			Amortização	Obrigações	Valor		Obrigações	Valor	
	_	Custo	acumulada	especiais	líquido	Custo	especiais	líquido	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2015		1.333.096	(664.982)	(103.114)	565.000	135.508	(32.716)	102.792	667.792
Adições		-	-	4	4	202.692	(26.761)	175.931	175.935
Baixas		(6.522)	5.457	-	(1.065)	(124)	-	(124)	(1.189)
Amortizações		-	(68.592)	6.928	(61.664)	-	-	-	(61.664)
Transferências – Intangíveis		76.576	-	(8.270)	68.306	(76.576)	8.270	(68.306)	-
Transferências - Ativos financeiros	(a)	(390)	-	-	(390)	(63.701)	9.550	(54.151)	(54.541)
Transferências – Outros	(b) _	1.790	-	-	1.790	(12.619)	-	(12.619)	(10.829)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	_	1.404.550	(728.117)	(104.452)	571.981	185.180	(41.657)	143.523	715.504
Adições		-	-	-	-	261.144	(21.221)	239.923	239.923
Baixas		(41.059)	31.421	-	(9.638)	(178)	-	(178)	(9.816)
Amortizações		-	(73.061)	8.702	(64.359)	-	-	-	(64.359)
Transferências – Intangíveis		121.107	-	(10.821)	110.286	(121.108)	10.822	(110.286)	-
Transferências - Ativos financeiros	(a)	963	-	-	963	(125.490)	14.450	(111.040)	(110.077)
Transferências - Outros	(b)	1.589	(1)	523	2.111	9.376	(1.276)	8.100	10.211
Saldos em 31 de dezembro de 2016	_								
(reapresentado)	_	1.487.150	(769.758)	(106.048)	611.344	208.924	(38.882)	170.042	781.386

<sup>(</sup>a) Transferência do intangível em curso para o ativo financeiro em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no exercício.

<sup>(</sup>b) Refere-se às transferências entre obras, estoques e desativações em curso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

#### 11. Fornecedores

	2016	2015
Energia elétrica:	133.396	125.857
Terceiros	129.479	125.111
Partes relacionadas	3.917	746
Encargos de uso da rede	11.246	24.738
Terceiros	10.856	24.515
Partes relacionadas	390	223
Materiais e serviços	49.682	91.702
Terceiros	49.527	91.701
Partes relacionadas	155	1
Energia livre	15.966	14.157
Total	210.290	256.454
Circulante	194.324	242.297
Não circulante	15.966	14.157

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre no montante R\$ 15.966 (R\$ 14.157 em 2015), fixados pela ANEEL, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

### 12. Empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos

		2016	2015
			(Reapresentado)
Empréstimos e Financiamentos	12.1	405.400	450.740
Moeda Nacional		405.136	453.749
Circulante		90.991	97.661
Não Circulante		314.145	356.088
Custos de transação – Moeda Nacional		(1.224)	(1.013)
Moeda Estrangeira		516.653	635.807
Circulante		155.684	39.199
Não Circulante		360.969	596.608
(-) Depósitos em Garantia		(4.383)	(15.877)
Não Circulante		(4.383)	(15.877)
Total Empréstimos e Financiamentos		917.406	1.073.679
Circulante		245.837	136.021
Não Circulante		671.569	937.658
Debêntures	12.2		
Total de debêntures	12.2	103.401	_
Circulante		3.489	
Não Circulante		99.912	-
Custos de transação – Debêntures		(248)	-
Cusios de transação – Dependires		(240)	-
Instrumentos financeiros derivativos			
Ativos		(87.931)	(180.164)
Circulante		(8.756)	(21.877)
Não Circulante		(79.175)	(158.287)
14do Olicularito		,	(100.201)
Passivos		15.670	1.917
Circulante		2.618	-
Não Circulante		13.052	1.917
Total Instrumentos Derivativos		(72.262)	(178.247)
		\ <del>-</del>	(1131211)
Endividamento financeiro líquido total		948.546	895.432
Circulante	· <del></del>	243.188	114.983
Não Circulante		705.358	780.449

## 12.1 Empréstimos e financiamentos

A mutação dos empréstimos e financiamentos e dos seus respectivos instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

	Moeda nacional		Moeda e		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2015	95.356	329.020	(36.879)	273.791	661.288
Ingressos	-	106.371	100.000	120.000	326.371
Encargos	40.729	-	8.899	-	49.628
Variação monetária e cambial	(100)	1.980	16.088	147.440	165.408
Swap	-	-	(100.722)	(28.529)	(129.251)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	(5.787)	431	(5.356)
Transferências	95.590	(95.590)	53.542	(53.542)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(133.710)	-	(18.657)	(18.515)	(170.882)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	(1.837)	-	-	(1.837)
(-) Custos de transação	(204)	267	-	-	63
Saldos em 31 de dezembro de 2015	97.661	340.211	16.484	441.076	895.432
Ingressos	2.531	38.158	-	-	40.689
Encargos	36.240	-	13.932	-	50.172
Variação monetária e cambial	798	6.316	(15.823)	(90.039)	(98.748)
Swap	-	-	13.741	141.661	155.402
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	3.165	(1.910)	1.255
Transferências	86.349	(86.349)	195.104	(195.104)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(132.445)	-	(77.896)	-	(210.341)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	11.494	-	-	11.494
(-) Custos de transação	(142)	(68)	-	-	(210)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	90.992	309.762	148.707	295.684	845.145

## Captações efetuadas no exercício:

	Financiadores	Vencimento	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado (R\$)
_	CEF	2025	6% aa	3.969
	BNDES FINEM	2023	TJLP E SELIC +2,09% aa	36.720

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

		2016			2015	
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2017	-	-	-	220.640	(267)	220.373
2018	270.085	(295)	269.790	259.174	(160)	259.014
2019	161.917	(189)	161.728	161.100	(105)	160.995
2020	61.769	(102)	61.667	59.985	(59)	59.926
2021	61.018	(25)	60.993	51.959	(17)	51.942
2022	26.040	(6)	26.034	-	-	-
Após 2022	29.680	(63)	29.617	44.917	(3)	44.914
Total obrigações	610.509	(680)	609.829	797.775	(611)	797.164
(-) Depósitos em garantia			(4.383)			(15.877)
Total		=	605.446		=	781.287

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

As condições contratuais dos empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2016 são como segue:

Credor	Moeda	Objetivo	Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Garantias	Valor do principal	Saldo em 31/12/2016
Banco do Brasil	Real	Capital de Giro	108% do CDI	2021	Clean	133.000	96.488
Banco do Nordeste	Real	Investimentos	3,21%	2022	Aval Neoenergia/ Recebíveis/ Fundo Liquidez	32.126	7.052
BNDES	Real	Investimentos em redes de distribuição	3% a 6% / TJLP + 1,59% a 2,82% / SELIC + 2,09%	2017 a 2024	Aval Neoenergia	470.010	274.980
Caixa Econômica Federal	Real	Programa Nacional de Universalização Luz para Todos	6% a.a	2025	Aval da Neoenergia / Recebíveis	19.846	13.294
CITIBANK	Dólar	Capital de Giro	US\$ + Libor 0,97%	2018	Aval Neoenergia	195.500	197.447
Eletrobrás	Real	Programa Nacional de Universalização Luz para Todos	6%	2018 a 2020	Aval Neoenergia	19.462	2.499
FINEP	Real	Pesquisa e Desenvolvimento	5% a.a.	2018 a 2020	Aval Neoenergia	30.754	6.441
ITAÚ	Dólar	Capital de Giro	US\$ + 2,89% a 4,20	2017 a 2019	Clean	239.998	246.944
Total			·			1.140.696	845.145

## Condições restritivas financeiras (covenants):

Os contratos mantidos com diversos credores contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

#### 12.2 Debêntures

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	-	-
Ingressos	-	100.000	100.000
Encargos	12.147	-	12.147
Amortização e pagamentos de juros	(8.673)	(321)	(8.994)
(-) Custos de transação	15	233	248
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.489	99.912	103.401

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

A seguir apresentamos a emissão de debêntures efetuada no exercício:

	2016				
Emissão	Vencimento	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado		
5 <sup>a</sup>	30/03/2018	118% CDI	100.000		

As debêntures são garantidas por aval da controladora Neoenergia S.A.

#### Condições restritivas financeiras (covenants):

A escritura da 5ª emissão de debêntures prevê a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré-estabelecidos.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Companhia atingiu todos os Índices requeridos contratualmente.

## 13. Salários e encargos a pagar

		2016	2015
Salários			834
Encargos sociais		1.148	1.200
Provisões férias		2.095	1.727
Encargos sobre provisões de férias		1.725	1.811
Provisão para participação nos lucros	(a)	7.720	8.641
Total		12.688	14.213

(a) A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. A provisão é efetuada com base na estimativa de realização dos objetivos e refere-se à participação nos lucros de 2016 com previsão de pagamento em abril de 2017.

## 14. Taxas regulamentares

	Ref.	2016	2015
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(a)	14.466	7.822
Fundo Nacional Desenv. Cient. e Tecnológico - FNDCT	(b)	993	341
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(b)	494	170
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(b)	16.211	13.134
Programa de Eficientização Energética - PEE	(b)	3.102	(258)
Taxa Fiscalização Serviço de Energia – TFSEE		139	125
Encargos Setoriais - Outros CCRBT	(c)	2.660	8.719
Total		38.065	30.053

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

#### (a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo em aberto refere-se às quotas mensais definitivas de CDE - Uso no valor de R\$ 2.763, para o período de junho a dezembro de 2016, conforme Resolução nº 2.077 de 07 de junho de 2016, sendo deduzido o valor de R\$ 132, referente às liminares ABRACE/ANACE, previstas no Despacho nº 1.576 de 14 de junho de 2016; CDE-ENERGIA no valor de R\$ 2.610 conforme Resolução nº 2.077 de 02 de fevereiro de 2016 e CDE-CONTA ACR no valor de R\$ 9.093 conforme Resolução nº 2.004 de 15 de dezembro de 2015.

# (b) Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de re-investimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas, líquido dos valores aplicados nos respectivos programas. Mensalmente o P&D e PEE são atualizados com base na Taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

#### (c) Encargos Setoriais - Outros CCRBT

Valor estimado de repasse, de dezembro/2016 aos recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias que serão revertidos à Conta Centralizadora, criada pelo Decreto 8.401 de 04 de fevereiro de 2015. Essa estimativa leva em consideração, também, o montante referente ao efeito da aplicação das bandeiras tarifárias no cálculo da provisão da receita não faturada, quando aplicável.

#### 15. Impostos e contribuições a recolher

_	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Imposto de renda – IR	7.090	6.205
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	3.697	2.388
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	46.321	43.575
Programa de integração social – PIS	3.361	3.430
Contribuição p/ financiamento da seguridade social - COFINS	15.613	15.978
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1.587	1.560
Impostos e contribuições retidos na fonte	2.857	1.703
Outros	858	1.611
	81.384	76.450

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

#### 16. Provisões e depósitos judiciais

#### 16.1 Provisões

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas operações.

Para constituição das provisões, a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

	Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2015	28.892	8.298	6.207	43.397
Constituição	3.188	1.862	1.560	6.610
Baixas/reversão	(1.444)	(276)	(5.118)	(6.838)
Pagamentos/Indenizações	(4.962)	(3933)	-	(8.895)
Atualização	3.172	1.748	873	5.793
Saldos em 31 de dezembro de 2015	28.846	7.699	3.522	40.067
Constituição	4.031	8.194	159	12.384
Baixas/reversão	(2.844)	-	-	(2.844)
Pagamentos/Indenizações	(3.062)	(9.199)	(104)	(12.365)
Atualização	3.023	3.052	241	6.316
Saldos em 31 de dezembro de 2016				
(reapresentado)	29.994	9.746	3.818	43.558
Circulante	3.062	4.959	104	8.125
Não circulante	26.932	4.787	3.714	35.433

#### **Trabalhistas**

Referem-se às ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 19.842 (R\$ 14.445 em 31 de dezembro de 2015) em ações trabalhistas de naturezas diversas com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

#### Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 99.842 (R\$ 1.109.816 em 31 de dezembro de 2015) em processos cíveis com expectativa de perda possível.

Dentre os processos que constavam como perda possível em 31 de dezembro de 2015, destacamos os que envolvem a discussão de acordo celebrado com as Cooperativas de Eletrificação Rural no estado do Rio Grande do Norte, referente à transferência de acervos de energia elétrica, devidamente homologado pela ANEEL, que perfazem um montante de R\$ 1.100.402 e que cuja expectativa de perda for avaliada como remota pelos assessores jurídicos da Companhia em 31 de dezembro 2016.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m.

#### **Fiscais**

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 280.227 (R\$ 270.847 em 31 de dezembro de 2015) em ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível.

Neste montante, destacamos os autos de infração motivados por: (i) falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 27.823 (24.689 em 31 de dezembro de 2015); e (ii) não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL no montante de R\$ 156.927 (R\$ 144.265 em 31 de dezembro de 2015).

Os consultores jurídicos da Companhia entendem que tanto o fundamento de existência do ágio quanto seu uso para fins de benefício são lícitos e gozam de legitimidade jurídica. Embora os últimos julgamentos na Câmara Superior de Recursos Fiscais tenham alterado o entendimento até então, passando a não reconhecer o ágio decorrente de privatização, os nossos consultores legais mantêm a análise e entendimento quanto à higidez da operação e benefício fiscal, uma vez que a discussão ainda será remetida ao Poder Judiciário, a quem caberá a decisão final sobre o tema.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

#### 16.2 Depósitos judiciais

Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015
Trabalhistas	9.183	8.326
Cíveis	1.820	2.538
Fiscais	5.828	5.106
Total	16.831	15.970

## 17. Outros passivos

		2016	2015
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Consumidores	(a)	24.519	22.770
Caução em garantia	(b)	21.062	16.149
Adiantamentos recebidos		707	3.515
Encargos CBEE		22	22
Outras		4.246	6.663
Total		50.556	49.119
Circulante		48.499	42.946
Não circulante		2.057	6.173

- (a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de Universalização, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.
- **(b)** Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

#### 18. Patrimônio líquido

#### Capital social

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é de R\$ 179.787.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

				Nº de Aç∂	ies (em unidade	s)		
	Ações	Ordinárias		Ações Preferenciais				
Acionistas	Única	%	Α	%	В	%	Total	%
Neoenergia S.A	118.961.939	91,70%	18.725.182	90,90%	16.062.793	90,60%	153.749.914	91,50%
Previ	1.854.848	1,40%	359.031	1,70%	382.135	2,20%	2.596.014	1,50%
Outros	8.929.432	6,90%	1.521.915	7,40%	1.276.753	7,20%	11.728.100	7,00%
Total	129.746.219	100,00%	20.606.128	100,00%	17.721.681	100,00%	168.074.028	100,00%
		-		F	₹\$	<del></del>		<del>-</del>
	Ações	Ações Ordinárias Ações Preferenciais						
Acionistas	Única	%	Α	%	В	%	Total	%
Neoenergia	127.253	91,70%	20.030	90,90%	17.182	90,60%	164.465	91,50%

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

Total	138.789	100,00%	22.042	100,00%	18.957	100,00%	179.787	100,00%
Outros	9.552	6,90%	1.628	7,40%	1.366	7,20%	12.545	7,00%
Previ	1.984	1,40%	384	1,70%	409	2,20%	2.777	1,50%
S.A								

As ações ordinárias têm a exclusividade de direito de voto nas deliberações da Assembleia Geral, na proporção de um voto por ação.

As ações preferenciais classes "A" e "B": (i) terão direito ao recebimento de dividendos, por ação, no mínimo 10% superiores aqueles atribuídos às ações ordinárias (ii) fica assegurada, na forma da Lei, prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, pelo valor de patrimônio líquido das ações, no caso de liquidação da Companhia, assegurando às ações preferenciais Classe "A" prioridade na distribuição de dividendo.

#### Reservas de Capital

## a) Reserva Especial de Ágio

Reserva no montante de R\$ 179.315 foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente ao patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

Até 31 de dezembro de 2016, a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada é de R\$ 37.613, e a disponível para capitalização é de R\$ 115.266 (R\$ 107.825 em 31 de dezembro de 2015).

#### b) Reserva de Incentivo Fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada.

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 82.428, foi mantido como reserva de capital e, somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

#### Reservas de Lucros

#### a) Reserva de Incentivo fiscal

O valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei 11.638/07 foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis.

O incentivo fiscal SUDENE, com validade até 2023, provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o valor de R\$ 25.854 (R\$ 23.008 em 31 de dezembro de 2015) de incentivo fiscal SUDENE.

## b) Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

A Companhia deixou de constituir em 2007 a Reserva Legal por ter atingido os limites legais.

A Administração da Companhia aprovou "ad referendum" à Assembleia dos Acionistas a absorção do prejuízo acumulado no final do exercício por conta dos ajustes realizados para fins de reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 com saldo de reserva legal no montante de R\$ 341.

O saldo da reserva de absorção de lucro no montante de 1.029 e da reserva legal R\$ 8.124.

#### Dividendos e juros sobre capital próprio

O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos propostos e juros sobre capital próprio da seguinte forma:

					Valor por ação
Deliberação	Provento	Valor deliberado	ON	PNA	PNB
2016		·			
AGO de 26 de abril de 2016	Dividendos 2015	92.540	0,5383171829	0,5921489012	0,5921489012
RCA de 01 de agosto de 2016	JSCP 2016	28.599	0,1663619001	0,1829980901	0,1829980901
RCA de 01 de setembro de 2016	Dividendos Intermediários 2016	33.457	0,1946207839	0,2140828623	0,2140828623
RCA de 03 de outubro de 2016	JSCP 2T2016	14.299	0,0831809501	0,0914990451	0,0914990451
RCA de 15 de dezembro de 2016	JSCP 2016	14.299	0,0831809501	0,0914990451	0,0914990451
		183.194			
2015					
AGO de 22 de abril de 2015	Dividendos adicionais 2014	77.052	0,4482195687	0,4930415256	0,4930415256
RCA de 19 de junho de 2015	Dividendo s adicionais 2014	10.213	0,0594105602	0,0653516162	0,0653516162
RCA de 30 de setembro de 2015	JSCP 2015	33.596	0,1954289647	0,2149718612	0,2149718612
RCA de 30 de setembro de 2015	Dividendos Intermediários	54.939	0,3195884212	0,3515472633	0,3515472633
		175.800			

O pagamento dos juros sobre o capital próprio está sendo considerado no cômputo do dividendo mínimo obrigatório.

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais classe "B" terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

_	2016	2015
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado (*)		
Lucro líquido do exercício reapresentado	171.260	186.151
Ajustes (nota 2.7)	9.651	21.219
Lucro liqudo do exercício originalmente apresentado	180.911	207.370
Incentivo fiscal SUDENE originalmente apresentado	(26.352)	(26.295)
Base de cálculo do dividendo	154.559	181.075
<u>Dividendos mínimos obrigatórios</u>	38.640	45.269
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:		
Dividendos intermediários	33.456	54.939
Juros sobre capital próprio	57.198	33.596
Dividendos Propostos	63.905	92.540
Total Bruto	154.559	181.075
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio 15%(**)	(588)	(345)

<sup>(\*)</sup> Os dividendos mínimos obrigatórios dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram calculados levando-se em consideração o resultado dos referidos exercícios apurados originalmente antes da reapresentação dessas demonstrações financeiras.

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é como segue:

	2016	2015
Saldo inicial	1.331	-
Declarados	183.194	52.405
Propostos	-	175.800
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(588)	(345)
Pagos no exercício	(168.265)	(226.529)
Saldo Final	15.672	1.331

A Administração da Companhia está propondo "ad referendum" à Assembleia dos Acionistas dividendos adicionais de R\$ 64.201, sendo R\$ 63.905 referente ao resultado do exercício e R\$ 296 referente a outras reservas de lucros.

## Outros resultados abrangentes

Estão sendo reconhecidos como Outros Resultados Abrangentes os ajustes decorrentes da mudança no conceito de retornos esperados sobre ativos atuariais de benefício pós-emprego.

<sup>(\*\*)</sup> Na parcela de acionistas imunes não ocorre a incidência de imposto de renda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

#### 19. Receita líquida

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pela Companhia.

O faturamento, e respectivo reconhecimento da receita, dos serviços de distribuição de energia elétrica é efetuado de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

		2016	2015
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Fornecimento de energia	(a)	1.443.430	1.337.728
Receita de distribuição		1.409.371	1.303.418
Remuneração financeira wacc		34.059	34.310
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	50.431	65.366
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	1.072.790	1.122.123
Receita de distribuição		1.047.436	1.093.263
Remuneração financeira wacc		25.354	28.860
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	(d)	(63.690)	(70.162)
Receita de construção da infraestrutura da concessão		227.495	172.198
Outras receitas	(e)	56.981	63.281
Total receita bruta		2.787.437	2.690.534
(-) Deduções da receita bruta	(f)	(993.233)	(932.289)
Total receita operacional líquida		1.794.204	1.758.245

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

#### (a) Fornecimento de Energia

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumo:

	MWh (*)		R	<b>R</b> \$	
	2016	2015	2016	2015	
Consumidores:			(Reapresentado)	(Reapresentado)	
Residencial	2.082.288	1.994.979	1.077.822	1.012.879	
Industrial	475.230	484.765	207.784	208.377	
Comercial	1.030.831	1.049.306	575.106	584.045	
Rural	434.801	420.551	140.587	139.789	
Poder público	293.484	288.056	154.682	149.882	
Iluminação pública	187.297	176.756	56.422	55.850	
Serviço público	240.365	248.497	98.478	100.312	
Consumo próprio	5.135	5.179	-	-	
Fornecimento não faturado	-	-	(3.996)	9.507	
Reclassificação da receita pela disponibilidade					
da rede elétrica - Consumidor cativo (1)			(1.007.092)	(1.065.370)	
	4.749.431	4.668.089	1.299.793	1.195.271	
Subvenções			143.637	142.457	
	4.749.431	4.668.089	1.443.430	1.337.728	

<sup>(\*)</sup> Informações não auditadas.

#### (b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

#### (c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

		2016	2015
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor livre		65.698	56.753
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo	(*)	1.007.092	1.065.370
Total		1.072.790	1.122.123

(\*) Vide comentários nota (a), acima.

<sup>(1)</sup> Em atendimento ao Despacho ANEEL nº. 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma "TUSD média" calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

## (d) Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

		2016	2015	
CVA				
Energia		(72.191)	(97.390)	
Encargo de Serviço do Sistema - ESS		10.067	24.915	
Neutralidade dos encargos setoriais		(7.162)	(687)	
Repasse sobrecontratação		22.715	11.076	
Outras CVA's		(14.212)	8.474	
Itens Financeiros Descontos Tarifa Irrigação e aquicultura Desconto Tarifa Autoprodutores		-	3.433 (8.520)	
Energia Eletronuclear		(948)	(3.312)	
Exposição Financeira		(4.466)	(4.175)	
Desconto Rural Outros itens financeiros		- 2.507	(4.153) 177	(e)
Total		(63.690)	(70.162)	
Outras receitas				
		2016	2015	
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	
Renda da prestação de serviços		716	1.599	
Arrendamentos e aluguéis		14.395	13.861	
Serviço taxado		3.269	2.962	
Taxa de iluminação pública		3.413	4.565	
Comissão de serviços de terceiros		6.303	233	
Valor justo do ativo indenizável da concessão	(*)	27.375	39.197	
Outras receitas		1.510	864	-
Total		56.981	63.281	

<sup>(\*)</sup> Conforme mencionado na nota 10, a Companhia atualiza o ativo financeiro indenizável da concessão com base no mesmo índice de atualização da BRR (IPCA).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

## (f) Deduções da receita bruta

	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
IMPOSTOS		
ICMS	(514.910)	(486.912)
PIS	(47.322)	(42.534)
COFINS	(215.910)	(190.264)
ISS	(1.018)	(957)
ENCARGOS SETORIAIS	, ,	, ,
Quota para reserva global de reversão - RGR	(5)	(450)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(173.580)	(157.076)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(8.770)	(6.693)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico -		
FNDCT	(3.508)	(2.677)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(1.754)	(1.339)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(3.508)	(2.677)
Encargos do Consumidor - PROINFA	(14.493)	(11.005)
Encargos do Consumidor - CCRBT	(6.296)	(27.682)
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	(2.159)	(2.023)
Total	(993.233)	(932.289)

## 20. Custos e despesas operacionais do serviço

## 20.1 Custo de Energia Elétrica

	MWh (*)		R\$	
	2016	2015	2016	2015
				(Reapresentado)
Energia comprada para revenda				
Energia adquirida no ambiente regulado – ACR	3.214.508	3.028.676	(485.788)	(311.703)
Energia adquirida contrato bilateral	764.208	770.880	(146.618)	(129.203)
Contratos por cotas de garantia física	1.536.163	1.497.155	(87.524)	(49.101)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	181.244	185.574	(36.437)	(30.345)
Energia curto prazo – PLD	6.551	3.392	24.543	(136.673)
PROINFA	116.298	112.921	(23.351)	(15.574)
Ressarcimento de energia	-	-	2.797	17.326
Créditos de PIS e COFINS	-	-	96.139	104.248
Encargos de energia de reserva – EER	-	-	(12.985)	(6.061)
Custos Variáveis do MCP	-	<u> </u>	(207.430)	(354.369)
Total	5.818.972	5.598.598	(876.654)	(911.455)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição				
Encargos de rede básica			(55.107)	(52.856)
Encargos de conexão			(12.670)	(6.586)
Encargo de serviço do sistema – ESS			(39.162)	(68.470)
Encargos de energia de reserva – EER			(30)	11.396
Créditos de PIS e COFINS		_	6.132	5.448
			(100.837)	(111.068)
		=	(977.491)	(1.022.523)

<sup>(\*)</sup> Informações não auditadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

## 20.2 Custo de operação e despesas operacionais

				2016		2015
	-	Custos dos serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
					(Reapresentado)	(Reapresentado)
Pessoal	(a)	(55.329)	(22.784)	(30.391)	(108.504)	(94.734)
Administradores		-	-	(3.598)	(3.598)	(3.483)
Benefício pós emprego		-	-	103	103	4.267
Material		(4.927)	(184)	(1.041)	(6.152)	(4.582)
Serviços de terceiros		(58.327)	(29.423)	(38.117)	(125.867)	(106.908)
Indenizações		-	57	(11.536)	(11.479)	(13.855)
Amortização (b)		(54.385)	-	(9.101)	(63.486)	(60.788)
Arrendamentos e aluguéis		(32)	(8)	(1.074)	(1.114)	(1.003)
Tributos		(127)	(23)	(751)	(901)	(2.597)
Provisões líquidas - PCLD		- -	(5.883)	-	(5.883)	(4.127)
Perdas contas a receber		-	(5.916)	-	(5.916)	(22.050)
Provisões líquidas - contingências		-	-	2.825	2.825	9.293
Multas regulatórias		(3.562)	-	-	(3.562)	(4.077)
3	(c)	6.349	(2.064)	(5.530)	(1.245)	(6.913)
Total custos / despesas	_	(170.340)	(66.228)	(98.211)	(334.779)	(311.557)

## (a) Pessoal

` '	2016	2015
Remunerações	(52.217)	(43.993)
Encargos sociais	(23.064)	(21.083)
Auxílio alimentação	(6.986)	(5.565)
Previdência privada e outros benefícios	(8.871)	(8.421)
Rescisões	(3.797)	(3.950)
Férias e 13º salário	(8.983)	(7.939)
Plano de saúde	(4.215)	(3.253)
Contencioso trabalhista	(828)	(2.125)
Participação nos resultados	(10.923)	(14.875)
(-) Transferências para ordens	11.380	16.470
Total	(108.504)	(94.734)

## (b) Amortização

	2016	2015
Quota de amortização no exercício	(64.359)	(61.664)
(-) Crédito PIS/COFINS	873	876
Total	(63.486)	(60.788)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

## (c) Outros custos e despesas

2016	2015
(656)	(508)
(1.153)	(1.309)
(1.188)	(897)
(1.829)	(1.604)
(966)	(1.014)
(2.253)	(1.962)
20.653	20.057
(9.794)	(18.887)
(820)	(566)
(3.239)	(223)
(1.245)	(6.913)
	(656) (1.153) (1.188) (1.829) (966) (2.253) 20.653 (9.794) (820) (3.239)

# 21. Receitas e despesas financeiras

	2016	2015
Receitas Financeiras	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Renda de aplicações financeiras	31.914	15.036
Juros e encargos sobre contas de energia em atraso Variações monetárias e cambiais Instrumentos financeiros derivativos Atualização de depósitos judiciais Atualização do ativo financeiro setorial (-) PIS e COFINS sobre receita financeira Outras receitas financeiras	17.582 298.500 75.861 833 (3.783) 1.143	25.078 181.097 201.103 (891) 9.850 (2.336) 1.223
Total	422.050	430.160
Despesas Financeiras Encargos de dívidas Variações monetárias e cambiais Instrumentos financeiros derivativos Atualização do passivo financeiro setorial Atualização provisão para contingências	(51.000) (186.748) (231.263) (3.506) (6.316)	(45.957) (327.294) (71.851) - (5.793)
Outras despesas financeiras	(6.065)	(9.005)
Total	(484.898)	(459.900)
Resultado financeiro líquido	(62.848)	(29.740)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

#### 22. Saldos e transações com partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

		Ativo		Pass	ivo	Resultado		
Por empresa	Ref.	2016	2015	2016	2015	2016	2015	
CELPE		-	438	-	-	-	-	
BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA	(a)	-	-	241	211	(1.855)	(1.695)	
GOIÁS SUL GERAÇÃO DE ENERGIA	(a)	-	-	149	130	(1.143)	(1.044)	
RIO PCH I S.A.	(a)	-	-	149	130	(1.146)	(1.047)	
SE NARANDIBA S.A.	(b/(d)	-	-	389	259	(3.254)	(1.074)	
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA	(a)	-	-	843	736	(6.478)	(5.920)	
NEOENERGIA SERVIÇOS LTDA	(g)	-	-	-	-	-	(353)	
AFLUENTE TRANSMISSÃO	(b)	-	-	4	4	(56)	(66)	
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES S.A.	(a)	-	-	1.852	-	(7.325)	66	
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	(a)	-	-	672	-	(5.858)	-	
POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO	(b)	-	-	10	-	(10)	-	
MEL 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(c)	47	-	-	-	545	506	
ARIZONA 1 ENERGIA RENOVÁVEL	(c)	65	-	-	-	751	631	
AMARA BRASIL	(e)	-	-	131	1	(1.540)	(1.089)	
FASERN	(i)	10.851	5.374	-	-	(3.985)	(443)	
	=	10.963	5.812	4.440	1.471	(31.354)	(11.528)	
<u>Controladores</u>								
BANCO DO BRASIL S/A	(f)/(g)/(j)	97.571	200.867	96.675	115.822	(15.106)	(18.153)	
OUTROS MINORITÁRIOS	(j)	-	-	1.664	1.331	-	-	
NEOENERGIA S.A	(h),(j)	-	-	13.102	24	(258)	(255)	
	-	97.571	200.867	111.441	117.177	(15.364)	(18.408)	
TOTAL	_	108.534	206.679	115.881	118.648	(46.718)	(29.936)	
CIRCULANTE NÃO CIRCULANTE	=	98.610 9.924	202.696 3.983	39.819 76.062	23.743 94.905	·		

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- (a) Contratos de suprimento de energia elétrica nos mercados:
  - (i) Contratação Bilateral (Iniciais), aprovadas pela ANEEL, com vigência entre 2016 e 2027. Os contratos são corrigidos anualmente pela variação do IGPM.
  - (ii) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos Leilões de Energiapromovidos e regulamentados pela ANEEL. Contratos com vigência entre 2032 e 2040, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.
- **(b)** Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), com vigência até 2027 corrigidos anualmente pela variação do IGPM.
- (c) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), com vigência entre 2020 e 2029, corrigidos anualmente: (i) através do reajuste tarifário ANEEL ou (ii) pela variação do IGPM.
- (d) Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT), com vigência até 2027, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

- (e) Contratos de prestação de serviços, referente à administração e logística dealmoxarifado, corrigido anualmente pela variação do IPCA, com vencimento em 15 de agosto de 2018.
- (f) Contrato Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários Fundo de Investimento Restrito (BB Polo 28).
- (g) Contrato de serviço de arrecadação de faturas de energia com vigência até 2017.
- (h) Contrato de locação de imóveis, com vigência até 2018, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.
- (i) Contribuições da Companhia para os fundos previdenciários dos funcionários ativos, calculados sobre as remunerações mensais.
- (j) Dividendos e juros sobre capital próprios distribuídos e pendentes de pagamento.

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

#### 22.1 Aplicações em fundo de investimento BB Polo 28

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros no Fundo BB Polo 28, fundo este restrito as empresas do Grupo Neoenergia, que tem como objetivo investir em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais de renda fixa que busquem acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários – CDI e que sejam adequados à política de aplicações de recursos da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016, parte dos ativos do Fundo BB Polo 28 são representados por debêntures emitidas por empresas do próprio Grupo.

#### 22.2 Remuneração da administração

O montante total de remuneração dos administradores da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, é de R\$ 3.598 (R\$ 3.482 em 31 de dezembro de 2015) e referese aos valores registrados na contabilidade pelo regime de competência, incluídos neste montante os Benefícios de Curto Prazo, os Benefícios de Longo Prazo e as verbas decorrentes das rescisões contratuais.

Observado o regime de caixa, a AGO realizada em 26 de abril de 2016 aprovou o montante de até R\$ 3.051 de remuneração global anual aos administradores, como limite de remuneração a ser paga no exercício de 2016. Até dezembro o montante pago foi de R\$ 3.630, dos quais R\$ 933 refere-se a indenizações por rescisões contratuais que pela natureza não remuneratória e sim indenizatória, não foram computados no montante da remuneração global anual aprovada pela AGO.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

#### 23. Gestão de riscos financeiros

## a) Considerações gerais e políticas

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto em sua Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, e demais normativos.

Dentre as diretrizes previstas na Política e nos demais normativos estão: proteção cambial da totalidade da dívida em moeda estrangeira, buscar o financiamento dos investimentos junto a bancos de fomento, alongamento de prazos, evitar concentração de vencimentos e diversificar tanto instrumentos financeiros quanto contrapartes.

Além disso, a utilização de derivativos tem como único propósito a proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos ou com propósitos especulativos.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado (risco cambial, risco de taxa de juros e de índice de preços, dentre outros), de crédito e de liquidez.

#### b) Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura ótima de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a Administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

#### c) Gestão de risco de mercado

#### Risco cambial

A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2016, operações de "hedge" cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

#### Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI e reduzir sua exposição a taxas prefixadas, possui derivativo e utiliza swap de taxa prefixada para CDI. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

#### Risco de preços de energia

Os contratos de compra e venda de energia elétrica são firmados para o curto e para longo prazo. Desta forma, a Companhia fica exposta a variações de preços de energia - em especial do PLD, Preço de Liquidação das Diferenças - para atender a estes compromissos, o que incluir ainda o risco de preços entre os submercados, o que pode afetar de forma negativa seus resultados operacionais e sua condição financeira.

#### d) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. A política financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações são concentradas em fundos restritos a empresas do Grupo Neoenergia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro 2016, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 163.950, sendo R\$ 161.354 em fundos restritos e R\$ 2.596 em outros ativos.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de proteção de fluxo de caixa, vigentes em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são como segue:

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis das controladas do Grupo, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2017	2018	2019	2020	2021	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos:								
Empréstimos e financiamentos	917.407	1.104.456	292.217	427.435	185.995	77.855	64.350	56.604
Debêntures	103.401	119.996	14.182	105.814	-	-	-	-
Fornecedores	210.290	210.112	194.323	15.966	-	-	-	-
Passivos financeiros derivativos								
Swap de moeda estrangeira	(72.262)	(90.098)	15.351	(114.403)	8.954	-	-	-

#### e) Gestão de risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas devido à incerteza na capacidade de suas contrapartes comerciais e financeiras de cumprir com suas obrigações junto à Companhia.

Para os ativos financeiros oriundos das principais atividades realizadas pela Companhia de distribuição, existem limitações impostas pelo ambiente regulado, onde cabe a esse agente determinar alguns processos operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes, os consumidores livres e cativos, concessionárias e permissionárias.

Para os demais ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários a Companhia segue as disposições da sua política de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação junto às instituições financeiras, centralizando as aplicações em instituições de primeira linha.

A seguir são apresentados os principais tipos de exposição a crédito da Companhia dada a natureza de seu negócio:

#### Risco de crédito junto a consumidores

Sua principal exposição de risco de crédito é oriunda da possibilidade da Companhia virem a incorrer em perdas, resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados aos seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores, o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira. Todas as ações de cobrança realizadas estão em conformidade com a regulação da atividade.

#### Risco de crédito junto a instituições financeiras

As operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos são realizadas com instituições financeiras com boa qualidade de crédito. É realizado ainda o acompanhamento periódico da exposição com cada contraparte e da qualidade de crédito das mesmas e dos ratings de longo prazo em escala nacional e global publicados pelas agências de avaliações para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2016.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros consolidados pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

_	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	9.872	14.536
Títulos e valores mobiliários	189.463	239.384
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes e outros	586.757	604.784
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	(70.035)	(2.838)
Mantidos até o vencimento		
Títulos e valores mobiliários	14.073	1.125
Disponível para venda		
Concessão do serviço público – Ativo financeiro	624.881	487.448

#### f) Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2016 não havia valor de margem depositado referente a posições com derivativos assim como nenhuma das operações contratadas teve custo inicial associado.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de hedge de valor justo, vigentes em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão apresentados a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

						Valores de Re	ferência			
				_		Moeda Estrangeira (Em milhares)		loeda Local		Valor Justo
Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Contratos de sv	/ap:									
Ativa	Bank Of American	08/04/2011	06/05/2016	USD 6M LIBOR + 2,39% a.a.	USD -	USD 5.599	R\$-	R\$ 21.865	-	37.634
Passiva				107,85% do CDI						(15.757)
				447 050/ +					-	21.877
Ativa	Banco Citibank	03/12/2013	03/12/2018	117,65% * (USD Libor 3M+0,97% a.a.)	USD 24.545	USD 34.517	R\$ 79.995	R\$ 134.793	275.160	318.303
Passiva Risco de crédito				CDI - 104,5% a.a.					(197.478) (36)	(197.548)
									77.646	120.755
Ativa	Banco Itaú	03/12/2014	01/12/2017	USD 6M LIBOR + 2,89% a.a.	USD 1.646	USD 2.671	R\$ 5.366	R\$ 10.430	25.499	29.758
Passiva				111% do CDI					(20.238) (44)	(20.246)
Risco de crédito									5.217	9.512
Ativa	Banco Itaú	09/03/2015	06/03/2017	USD+	USD 944	USD 4.117	R\$ 3.075	R\$ 16.075	65.621	78.698
	Burioo ilaa	00/00/2010	00/00/2017	3,6120% a.a. 106,35 % do	000 044	000 4.117	1(ψ 0.07 0	πφ 10.070	(62.697)	(62.704)
Passiva				CDI					(5)	
Risco de crédito									2.919	15.994
Ativa	Banco Itaú	11/03/2015	11/09/2017	USD + 3,4117% a.a.	USD 208	USD 3.374	R\$ 677	R\$ 13.176	63.213	74.660
Passiva				107,71% do					(62.591) (1)	(62.633)
Risco de crédito				ODI					621	12.027
Ativa	Banco Itaú	11/03/2015	11/09/2017	USD+	(USD 2.309)	USD 275	(R\$ 7.525)	R\$ 1.075	44.077	49.695
	Barroo itaa	11/00/2010	11/00/2017	4.9294% a.a. 117,98% do	(000 2.000)	000 270	(πφ π.σ2σ)	1(ψ 1.070	(50.755)	(50.686)
Passiva				CDI					(61)	<u> </u>
Risco de crédito									(6.739)	(991)
Ativa	Banco Itaú	11/03/2015	11/09/2017	USD + 4,9412% a.a.	(USD 2.502)	USD 288	(R\$ 8.154)	R\$ 1.124	43.440	49.695
Passiva				118% do CDI					(50.756) (87)	50.623
Risco de crédito								_	(7.403)	(928)
									72.261	178.246

#### g) Análise de sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendose todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes ao final do exercício.
- Cenário II: Esta projeção foi majorada em 25% em relação ao cenário provável.
- Cenário III: Esta projeção foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio protegidos pelos mesmos e que encontram-se registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação da taxa de câmbio do dólar é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Saldo	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Dólar	Diller	Alta	3,2591	(517.589)	(2.719)	(3.399)	(4.079)
Swap Ponta Ativa em Dólar	Dólar (\$)	do Dólar		517.949	3.050	3.813	4.576
Exposição Líquida					331	414	497

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	13,63%	186.353	6.085	4.617	3.116
Passivos financeiros							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	13,63%	96.582	(3.373)	(4.166)	(4.939)
Swap – ponta passiva em CDI	CDI	Alta do CDI	13,63%	444.515	(15.668)	(19.363)	(22.978)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	7,50%	172.439	(4.166)	(4.975)	(5.783)
Dívida em Selic	SELIC	Alta da SELIC	13,65%	52.176	(1.975)	(2.377)	(2.771)

#### h) Mensuração do Valor justo

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia que estão a valor justo em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

		2016		2015		
	Nível (*)	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	
Ativo financeiros (Circulante / Não circulante)						
Empréstimos e recebíveis		500.154	500.154	524.064	524.064	
Contas a receber de clientes e outros	2	500.154	500.154	524.064	524.064	
Mantidos até o vencimento		14.073	14.073	1.125	1.125	
Titulos e valores mobiliários	2	14.073	14.073	1.125	1.125	
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		287.266	287.266	434.084	434.084	
Caixa e equivalentes de caixa	1	9.872	9.872	14.536	14.536	
Titulos e valores mobiliários	2	189.463	189.463	239.384	239.384	
Swap de taxa de juros	2	87.931	87.931	180.164	180.164	
Disponível para venda		624.881	624.877	487.448	487.448	
Concessão do Serviço Público - Indenização	3	624.881	624.877	487.448	487.448	
Passivo financeiros (Circulante / Não circulante)						
Mensurado pelo custo amortizado		644.410	644.410	691.488	691.488	
Fornecedores	2	210.290	210.290	256.454	256.454	
Empréstimos e financiamentos	2	400.754	400.754	437.872	437.872	
Debêntures *	2	103.401	103.401	-	-	
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	3	(70.035)	(70.035)	(2.838)	(2.838)	
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		532.322	532.322	637.723	637.723	
Empréstimos e financiamentos	2	516.652	516.652	635.806	635.806	
Swap de taxa de juros	2	15.670	15.670	1.917	1.917	

<sup>(\*)</sup> Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo.

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, a Companhia entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

Para os passivos financeiros (empréstimos) classificados como mensurados a valor justo incluindo os instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção (hedge), a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida e das pontas ativa e passiva do swap.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia entende que adotando a metodologia descrita acima reflete o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, a Companhia entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1 Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.
- Nível 2 Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- Nível 3 Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia classifica os ativos financeiros da concessão como disponíveis para venda, mas os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício de R\$ 27.377 (R\$ 39.197 em 2015), assim como as principais metodologias utilizadas, estão divulgadas na nota 10.1.

#### 24. Compromissos

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia são como segue:

Vigência	2018	2019	2020	2021	2022	Após 2022
2018 a 2042	1.093.118	1.133.619	1.204.777	1.321.868	1.444.157	18.613.982

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2016, e foram homologados pela ANEEL.

A Companhia efetuou uma análise dos compromissos de energia contratados que excedem o limite de 5% de sobrecontratação, os quais eventualmente podem não ser considerados para repasse na tarifa por serem considerados voluntários. De acordo com as projeções de

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

demanda e estimativa de preços de mercado sensibilizados pela Administração, os resultados observados não foram considerados significativos para suas operações em nenhum dos cenários considerados.

#### 25. Benefícios pós emprego e outros benefícios

A Companhia patrocina planos de complementação de aposentadoria e pensão (Plano de Benefícios Previdenciários nº 001, na modalidade BD e Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 001).

## Planos Previdenciários

A Companhia é patrocinadora da FASERN - Fundação COSERN de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal propiciar aos seus participantes, e respectivos beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, conforme regulamentos dos planos de benefícios a que estiverem vinculados.

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes) destinam-se à constituição de reservas para cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, e são acumuladas desde sua admissão nos planos. No Plano de Benefícios Previdenciários da FASERN – Regulamento 001 (Benefício Definido) eventuais insuficiências serão de co-responsabilidade da Companhia.

A partir de março de 1999, a FASERN implantou o Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº. 001, de Contribuição Definida, ao qual estão vinculados todos os empregados ativos.

O Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº. 001 proporciona aos seus participantes ativos benefícios relacionados à possibilidade de ocorrência de invalidez e morte durante a vida laborativa, classificados como benefícios de risco, totalmente custeados pela Companhia e pelos participantes autopatrocinados. Esses benefícios são pagos sob a forma de pecúlio, com pagamento único ou parcelado, a critério do participante ou de seus beneficiários. Por suas características, este plano não apresenta déficit ou superávit, já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes.

A contribuição da Companhia para o Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº. 001 corresponde a 7,68% do total da folha de pagamento mensal dos participantes ativos do plano (Soma dos Salários Reais de Contribuição), dos quais 5,45% correspondem à contribuição normal (igual a dos participantes), 0,42% à contribuição dos benefícios de risco e 1,81% à cobertura das despesas administrativas dos planos previdenciários administrados pela FASERN.

As contribuições pagas ou provisionadas em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram as seguintes:

	2016	2015
Custo do intangível em curso	412	581
Despesas operacionais	3.929	3.235
	4.341	3.816

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

#### Deliberação CVM nº. 695 - CPC 33 - Benefícios a empregados

A Deliberação CVM 695/12 de 13 de dezembro de 2012, em linha com os procedimentos contábeis estabelecidos no CPC 33 — Benefícios a Empregados, determina o registro de um passivo quando o montante das obrigações ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, e de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro. Os ganhos e perdas atuariais deverão ser reconhecidos em outros resultados abrangentes retrospectivamente.

A avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos é calculada pelo método do crédito unitário projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado). As premissas econômicas e financeiras para efeitos dessa avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da Companhia.

O parecer atuarial, emitido por atuário independente, considerando a situação econômico-financeira dos planos previdenciários mantidos pela FASERN, em 31 de dezembro de 2016 está resumido a seguir, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº. 695, de 13 de dezembro de 2012.

As principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 2016 e 2015 foram:

		D	BD	
	2016	2015	2016	2015
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	11,83%	13,15%	11,83%	13,15%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	11,83%	13,15%	11,83%	13,15%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	7,08%	7,08%	N/A	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	N/A	N/A	N/A	N/A
Taxa estimada de inflação no longo prazo	5,50%	5,5%	5,50%	5,5%
Taxa de rotatividade esperada	0,15/ (tempo de serviço + 1)	0,15 / (tempo de serviço + 1)	Nula	Nula
Fator de capacidade	3 - ,	0,98		0,98
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 segregada por sexo, suavizada em 10%			
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	N/A	N/A	AT-83 segregada por sexo, suavizada em 10%	AT-83 segregada por sexo, suavizada em 10%
Tábua biométrica de entrada em invalidez Probabilidade de ingresso em aposentadoria	Light-média N/A	Ligth-média N/A	N/A N/A	N/A N/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

Analise de sensibilidade das premissas significativas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 2016 e 2015 foram:

Analise de sensibilidades nas hipóteses adotadas	Plano de benefícios previdenciários 01 (BD)					
	2016	2015	2016	2015		
Valor presete das obrigações de benefício definido						
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	81.288.846	73.580.150	1.348.947	1.104.825		
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	75.245.183	63.614.783	1.287.936	1.014.368		
% de impacto na obrigação de benefício definido						
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	4,01%	7,80%	2,37%	4,48%		
Taxa de desconto nominal +50 pontos básicos	-3,73%	-6,80%	-2,26%	-4,07%		
Impacto na Durantion média da obrigação de						
benefício definido						
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	7,85	7,51	4,69	4,38		
Taxa de desconto nominal +50 pontos básicos	7,60	7,04	4,57	4,16		

Os vencimentos esperados de pagamentos de benefícios pelos planos são:

	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2016					
Benefícios de aposentadoria - BD	8.122	7.973	22.882	33.862	72.839
Benefícios de aposentadoria - CD	233	225	653	1.083	2.195

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no ativo, passivo, demonstração de resultado e resultado abrangente relacionados aos planos previdenciários e assistencial em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa		
Benefícios de previdência - CD	453	164
Benefícios de previdência - BD	9.471	2.892
Destinação de reserva especial com reversão de valores ao		
patrocinador	927	2.317
	12.637	7.159
Despesas reconhecidas na demonstração de resultado líquidas de contribuições do empregador revertidas no ano		
Benefícios de previdência - CD	(110)	(115)
Benefícios de previdência - BD	380	155
	270	40
Redimensionamentos atuariais reconhecidos no resultado abrangente no exercício		
Benefícios de previdência - CD	148	9
Benefícios de previdência – BD	6.199	933
·	6.347	942

A mutação das obrigações de benefício pós-emprego em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	Planos de previdência complementar		
	CD	BD	
Em 31 de dezembro de 2015	1.057	68.257	
Custo do serviço corrente	148	8.488	
Custo financeiro	126	-	
Contribuições dos participantes do plano	9	-	
Benefício pago pelo plano	-	(8.375)	
Premissas financeiras	72	7.003	
Experiência do plano	(95)	2.785	
Em 31 de dezembro de 2016	1.317	78.158	

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos exercícios apresentados é a seguinte:

	Planos de previdência complementar	
	CD	BD
Em 31 de dezembro de 2015	1.221	110.816
Receita de juros sobre os ativos do plano	164	14.085
Remensurações atuariais		
Contribuições do empregador	251	-
Contribuições de empregados	9	-
Benefícios pagos	125	(8.375)
Juros sobre valor justo	-	18.286
Em 31 de dezembro de 2016	1.770	134.812

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

As taxas esperadas de retorno dos investimentos de longo prazo relativa aos planos avaliados foram selecionadas pela Companhia, tendo sido determinadas a partir das expectativas de rentabilidade de longo prazo fornecidas pela Fasern.

Valores reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Planos de Previdência Complementar			
	CD		BD	
	2016	2015	2016	2015
Custo do serviço corrente	(148)	(133)	-	_
Custo juros líquido de contribuições do empregador revertidas no ano	38	18	380	155
Total incluído no resultado	(110)	(115)	380	155

Custo esperado do plano previdenciário do benefício definido e contribuição definida, para o exercício de 2017, é o seguinte:

	Plano CD	Plano BD
Custo do serviço corrente	(187)	-
Custo dos juros	70	1.120
Custo total da obrigação	(117)	1.120

A tabela abaixo demonstra a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão administrados pela FASERN, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	Plano CD		Plano BD	
	2016	2015	2016	2015
Renda Fixa	77%	78%	93%	93%
Fundos de Investimentos Renda Fixa	77%	78%	93%	93%
Renda Variável	21%	18%	4%	4%
Fundos de Investimentos em Ações	21%	18%	4%	4%
Cotados em Mercado Ativo	97%	96%	97%	97%
Imóveis	-	=	1%	1%
Operações com Participantes	3%	4%	0%	1%
Depósitos Judiciais e Outros			2%	2%
Não Cotados em Mercado Ativo	3%	4%	3%	3%

## Outros benefícios

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: plano de saúde, auxílios refeição, transporte, funeral e creche, capacitação e desenvolvimento, que são periodicamente negociados por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 18.616 (R\$ 17.245 em 31 de dezembro de 2015).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

#### 26. Seguros

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada	Prêmio
Riscos Nomeados - Subestações e Usinas	08/10/2016 a 08/10/2017	76.856.333	114.614
Riscos Nomeados - Imóveis próprios e locados	08/10/2016 a 08/10/2017	43.395.335	64.714
Riscos Nomeados - Almoxarifado	08/10/2016 a 08/10/2017	28.000.000	41.756
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/2016 a 08/10/2017	3.000.000	391.090
Veículos	08/10/2016 a 08/10/2017	-	15.891

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes.

#### 27. Questões ambientais\*

A gestão ambiental da Companhia fundamenta-se, cada vez mais, na adoção de práticas ambientalmente sustentáveis que minimizem os impactos ambientais com relação aos recursos naturais. Com esse propósito a empresa desenvolve ações para identificar e solucionar eventuais impactos de seus produtos, processos e instalações sobre os ecossistemas e a sociedade.

Alinhado à preservação ambiental e a Jornada Comportamento Seguro foram desenvolvidos treinamentos de poda em árvores nos Postos de Atendimento de Natal, Goianinha, Mossoró e Currais Novos, voltados para a melhoria dos serviços de manutenção de redes urbanas e rurais, demonstrando técnicas de corte, uso e ferramentas adequadas, questões de segurança dos equipamentos e dos consumidores, planejamento e manejo da arborização, incentivo ao plantio de espécies adequadas e legislação ambiental.

A Educação Ambiental continua sendo levada pela Companhia até as comunidades mais carentes, através do programa Vale Luz, incentivando a prática da coleta seletiva dos resíduos sólidos e possibilitando aos assistidos bônus na conta de energia elétrica. Internamente, durante a semana de meio ambiente foram disponibilizadas no edifício sede coletores para o descarte de pilhas e baterias.

A Companhia continua investindo na ampliação e reforma de seu sistema de distribuição de energia elétrica, através da utilização de cabos elétricos protegidos (Rede Compacta / Linha Verde), evitando acidentes por contato com árvores, reduzindo a necessidade de poda da arborização e melhorando o desempenho do sistema elétrico, prática incorporada ao padrão de redes mantendo os excelentes resultados obtidos nos anos anteriores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

A Cosern, junto às demais empresas distribuidoras do grupo Neoenergia, continua realizando a reforma dos equipamentos do sistema elétrico, evitando o descarte destes. Uma vez reformados esses equipamentos retornam como novos para o sistema, a exemplo de transformadores de distribuição de várias potências, reguladores monofásicos, chaves seccionadoras de operação sobre carga.

	Ative	<b>o</b>	Resultado	
	2016	2015	2016	2015
Recursos aplicados	5.375	6.381	3.402	2.728

(\*) Informação não auditada.

#### 28. Eventos subsequentes

#### Reorganização societária

Em 07 de junho de 2017, o BB Banco de Investimento S/A (BB-BI), a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI) e a Iberdrola Energia S/A (Iberdrola) acionistas representando a totalidade do capital social da controladora Neoenergia S.A ("Neoenergia"), celebraram acordo de associação para regular a incorporação, pela controladora, da Elektro Holding S.A ("Elektro Holding" e "Operação"), bem como um novo acordo de acionistas que substituirá o acordo de acionistas existente.

A operação será estruturada mediante a incorporação, pela Neoenergia, da Elektro Holding, com consequente aumento do capital social da Neoenergia, na forma do artigo 227 da Lei das Sociedades por ações ("Incorporação"). A operação não resultará em alienação do controle da Neoenergia ou de qualquer uma das controladas, incluindo a Companhia.

A consumação da Operação está condicionada à verificação de algumas condições suspensivas usuais nesse tipo de operação, dentre as quais a obtenção da aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, bem como a aprovação da Assembleia Geral de Acionistas da Neoenergia S.A. Em 30 de junho de 2017 a Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Neoenergia aprovou a incorporação da Elektro Holding S.A. pela Neoenergia e em 04 de julho de 2017 o Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE se posicionou como favorável a realização da operação.

A participação da Neoenergia na Cosern, quando concluída a operação, permanecerá inalterada.

A empresa Elektro Holding S.A. é uma controlada integral da Iberdrola e mantém operações de distribuição de energia elétrica nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, além de possuir ativos de geração de energia renovável, através de suas controladas.